

Amazônia em fluxo

Tensões, território e trabalho



Amazônia em fluxo

Daniela Stefano, Brian Garvey
e Francis Portes Virgínio
(Organização)

Amazônia em fluxo

1ª edição
Outras Expressões
São Paulo – 2021

Copyright © 2021, by Editora Expressão Popular Ltda.

Organização: Daniela Stefano, Brian Garvey e Francis Portes Virgínio

Projeto gráfico e diagramação: Zap Design

Capa: Margherita Brunori

Mapas: Mauricio Torres

Produção editorial: Aline Piva

Revisão: Dulcineia Pavan e Cecília Luedemann

O livro é produzido por University of Strathclyde, financiado pelo Conselho de Pesquisa Econômica e Social (ES/S001417/1), dentro do projeto “Quem está construindo um desenvolvimento sustentável?”, em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC) e a Grenoble Ecole de Management, França, Departamento de Trabalho, Emprego e Organização, University of Strathclyde 199 Cathedral St, Glasgow G4 0QU Reino Unido.

Contato:

Brian Garvey brian.garvey@strath.ac.uk

+44 141 548 3999

<https://www.politicaeconomylabour.org/>

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A489 Amazonia em fluxo / Daniela Stefano, Brian Garvey
e Francis Portes Virgínio (Organização). --1. ed. --
São Paulo : Outras Expressões, 2021.
80 p. : il.

ISBN 978-65-87389-14-1

1. Amazônia - História. 2. Amazonia – Questões
políticas. I. Stefano, Daniela. II, Garvey, Brian. III.
Virgínio, Francis Portes. IV. Título.

CDU 918.12
32(812)

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: outubro de 2021

EDITORIA EXPRESSÃO POPULAR


Rua Abolição, 201 – Bela Vista


CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)

Sumário

Apresentação.....	9
Nossa vida era o rio, nossa mãe de leite: laços de cumplicidade com o Xingu.....	11
<i>Ana Laide Soares Barbosa e Josefa de Oliveira Camara da Silva</i>	
Impactos da cadeia produtiva do alumínio sobre territórios tradicionalmente ocupados no Pará: os casos de Oriximiná, Barcarena e Juruti	21
<i>Thaís Borges e Mauricio Torres</i>	
Expansão do dendê e os Quilombolas do Alto Acará, Pará.....	33
<i>Jamilli Medeiros e Brian Garvey</i>	
Mobilidade territorial de seringueiros brasílvianos na fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia)	45
<i>Maria de Jesus Moraes, José Alves e Daniela Stefano</i>	
A securitização dos portões do Eldorado Amazônico: a proteção humanitária de mulheres imigrantes em Roraima e no Acre	55
<i>Rosbelli Margarita Rojas Pinango, Solene Oliveira da Costa e Francis Portes Virginio</i>	
Exploração do trabalho e escravidão de imigrantes haitianos em Mato Grosso, Brasil.....	69
<i>Bianca Vasquez Pistório e Luís Henrique da Costa Leão</i>	
Sobre os autores.....	79

Agradecimentos

Agradecemos especialmente às organizações comunitárias, núcleos e associações de toda a Região Amazônica e aos parceiros da Universidade Federal do Acre, da Universidade Federal do Mato Grosso, da Universidade Federal do Pará e da Grenoble École de Management que compartilharam seus ricos conhecimentos e suas diversas experiências para transformar as situações contadas neste livro.



Apresentação

Por séculos, a Amazônia tem evocado diversos imaginários, narrativas e encontros; seus solos, árvores e águas têm sido, ao mesmo tempo, divinizados, cobiçados, explorados e espoliados. Este bioma tem sido o espaço para refúgio e pilhagem, reconhecimento e resistência. A Amazônia foi mapeada bem antes de chegarem os navios, as armas e as cruzeiros dos europeus: a paisagem carrega marcas da continuidade das civilizações indígenas até o presente; as árvores carregam sinais que indicam o rumo daqueles que passaram pela floresta e esperam voltar.

No século XXI, as copas e as raízes da floresta passaram a ser foco de um interesse renovado: o dos esquemas de comércio de carbono que, como os pássaros nas copas das árvores, circulam bem acima das cabeças de milhares de comunidades e povos florestais, ribeirinhos e agrários, com depósitos minerais atraindo invasores ilícitos, especuladores e multinacionais; muitas árvores agora apodrecem sob hidrelétricas caras e inúteis.

Seus portos continuam em alta, a globalização comanda a entrada e saída de contêineres em grande escala; as exportações pesaram, deixaram marcas

e navegaram para retornos financeiros mais elevados vindos do exterior. Sinais erguidos apressadamente do capitalismo existente são encontrados na Amazônia entre os postos militares de controle e abrigos improvisados dos (ou para os) recém-chegados à região; as leis devidamente enfraquecidas para garantir a passagem insegura desses recém-chegados aos degraus mais baixos do mercado de trabalho.

O fluxo da Amazônia, como referido no título desta publicação, abraça o movimento, a turbulência e as mudanças na região, que envolvem, afetam e são feitas por aqueles cujas vozes compõem este livro. As experiências dos seringueiros, trabalhadores migrantes, pescadores, agricultores familiares e indígenas atrapalham os planos dos poderosos que insistem em uma floresta vazia de pessoas, mas com novas oportunidades para as indústrias que vêm de outras partes para invadir este bioma. As experiências, energia e dinamismo desses povos desafiam o modelo de desenvolvimento existente – de destruição, deslocamento, trabalho escravo, poluição, incêndio e pandemia – que insiste em rotular essas pessoas obstinadas e indignadas como remanescentes, atrasadas, ingratas ou inimigas.

Em seis capítulos, *Amazônia em fluxo* evidencia que muito está em jogo. Os atores da governança nacional e internacional estão absolutamente comprometidos em fazer tudo o que for necessário para não chegar às causas reais das problemáticas abordadas neste livro. *Amazônia em fluxo* traz a versão daqueles que sabem muito bem que as raízes desses problemas remontam aos primeiros tempos de mercantilização de pessoas, árvores e territórios, e que qualquer esperança de um futuro social e ecologicamente comprometido está ligada ao fortalecimento e recuperação da natureza humana – relações essas que resistem à monetarização da totalidade da natureza e da condição humana. As possibilidades e suas restrições estão nítidas nos relatos que seguem.

Nossa vida era o rio, nossa mãe de leite: laços de cumplicidade com o Xingu

Ana Laide Soares Barbosa
e Josefa de Oliveira Camara da Silva

As comunidades ribeirinhas e de pescadores da Volta Grande do Xingu tinham um modo de vida tradicional: viviam da pesca, agricultura e do extrativismo vegetal. Muitas dessas famílias tinham diferentes atividades para o seu sustento: pescavam e vendiam o peixe na cidade de Altamira, ou até mesmo os comercializavam ali, em suas comunidades. Viviam também da troca de produtos da floresta por outros que não tinham como plantar. E o Rio Xingu sempre foi a principal fonte de vida dessas comunidades.

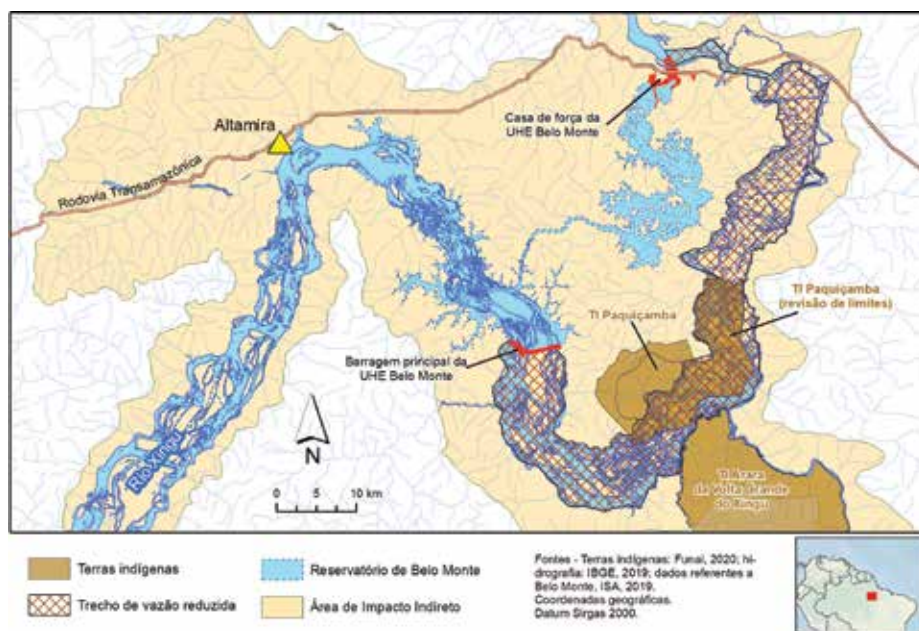
As famílias da Volta Grande migraram de sua terra natal para a Amazônia em busca de terras e condições de vida melhor, como ilustrado nas histórias dos antigos moradores da Vila Santo Antônio, na região da Volta Grande recontadas pela pesquisadora Camila Reis (2021). É o caso do pescador Boto:

Meus avós eram de Pernambuco e Ceará, vieram pra cá em 1920, à procura de melhoria de vida. Meu pai nasceu em 1924, na Praia Grande que fica na Volta Grande do Xingu, minha família trabalhava no corte da seringa, meu

pai foi pessoa muito poderosa em Altamira, depois que ele teve família exerceu outras atividades como: pescar, plantar; também caçou gato,¹ morreu como pescador; era chamado coronel dos pescadores. Homem forte que me ensinou tudo que sei hoje. (Boto)²

O processo se intensificou na década de 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica e o incentivo do governo militar para a imigração, que atraiu trabalhadores e famílias fugindo da seca em estados do Nordeste do Brasil (Reis, 2021, p. 119). Com esta ocupação do solo, “o Rio Xingu é o guia onde as relações de vida acontecem e afluem memórias coletivas de comunidades ribeirinhas, pescadores, extrativistas, dentre outras (Reis, 2021, p. 119).

Mapa 1 – Barragem de Belo Monte na Volta Grande do Xingu



Elaboração: Mauricio Torres.

¹ Espécie de felino da família da onça, conhecido na região como gato-maracajá.

² As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no Km 27 da Transamazônica, município de Vitória do Xingu e Cidade de Altamira/PA, Amazônia, de 6 a 11/11/2020 e 5 a 12/1/2021, no período da manifestação dos povos da Volta Grande do Xingu. Utilizamos nomes fictícios aos nossos entrevistados como forma de preservar suas identidades diante das tensões encontradas na região. As entrevistas citadas podem ser encontradas em Reis, 2021.

Entretanto, com a chegada, na região, da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em 2011, já eram previstos enormes impactos, tais como a divisão das comunidades indígenas, a desterritorialização dos pequenos agricultores, a expulsão dos ribeirinhos de suas ilhas e, com isso, romperam-se o modo de vida tradicional das famílias, os laços de vizinhança, parentesco e amizades. As famílias não tiveram suas histórias de vida e tempo de pertencimento respeitados. Foram removidos forçadamente, muitos sem ter direito a nada, como relatam os pescadores e pescadoras da região:

Antes de Belo Monte, a minha vida era esperançosa, uma vida que tinha muita abundância de peixe, diversão no rio, sem contar com a liberdade que a gente tinha. O Rio Xingu sempre foi a nossa mãe, a nossa esperança e o nosso meio de sustento, que sempre nos supria. O Rio Xingu está se acabando aos poucos, está quase no seu limite. E o porquê de eu estar aqui ainda, é que eu tenho esperança de que o rio volte a viver, a se reproduzir, as nossas piracemas. Eu sei que ele não vai voltar ao que era, mas a minha esperança é que ele tenha água pra todo mundo navegar, banhar. É até meio ruim falar de um ser vivo que nos alimentou por tanto tempo e está nessas condições. É triste e decadente para cada um de nós pescadores ribeirinhos, povos tradicionais e índios. O rio morre e a gente também vai morrendo aos poucos, porque o rio era nossa alegria, a nossa vida; o rio está doente. Pescadores, ribeirinhos e indígenas, todos que dependem dele também estão doentes. (Yara)

Foto 1 – Vazão reduzida do Xingu



Foto: Verena Glass.

O que é e quem é quem nessa disputa?

A disputa mais acirrada está concentrada na água do rio para a geração de energia, controlada pela Norte Energia (Nesa), e para explorar o ouro ali existente pela mineradora canadense Belo Sun. A Nesa controla a vazão do rio no trecho da Volta Grande (VGX). Para que haja vida na VGX, de acordo com o parecer técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), são necessários ao menos 16 mil metros cúbicos de água por segundo, o que não está ocorrendo. O depoimento de Yara sobre a realidade do Rio Xingu desmente esse modelo predatório de desenvolvimento que vem sucumbindo a Amazônia há décadas: “Acabou a vida do rio! O rio está seco morrendo, sem água não há esperança! A esperança é a água, limpa, de qualidade, porque o Rio Xingu não está mais o rio que a gente conhecia, o Rio Xingu hoje está decadente, ele está pedindo socorro.”

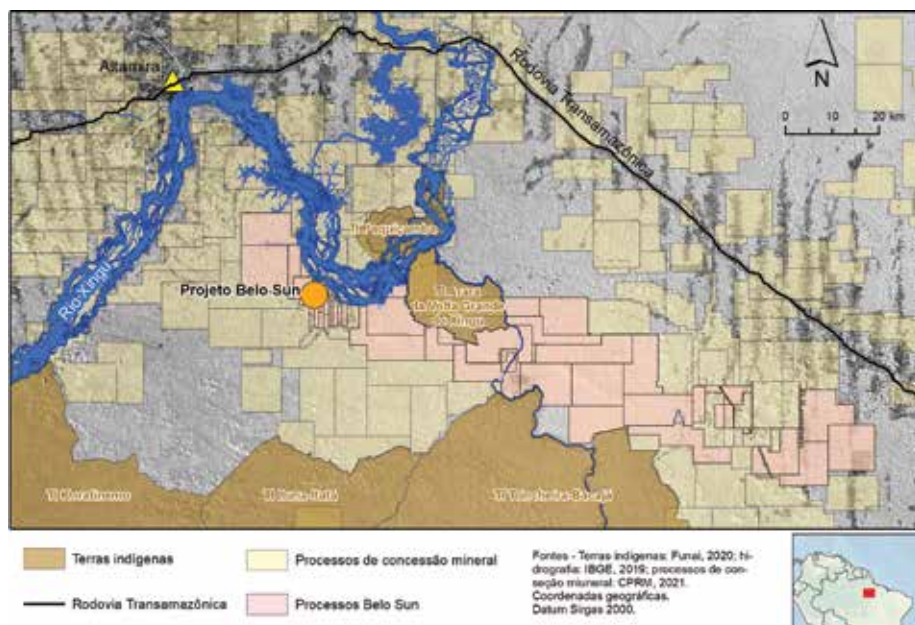
A VGX é rica em beleza natural (paisagismo, fauna, flora), diversidades arqueológicas (é um dos caminhos que dá acesso ao território de indígenas isolados) e minerárias. A construção da hidrelétrica de Belo Monte trouxe ao mundo a superexposição desses patrimônios humanos, materiais e imateriais.

A hidrelétrica de Belo Monte (em funcionamento total desde 2019) é símbolo de uma obra faraônica cravada no coração amazônico, com gastos bilionários sem retorno econômico e energético para o país. Agora, a mineradora canadense Belo Sun percorre os mesmos caminhos da ilegalidade para se implantar nesse território ancestral, sociocultural e ambientalmente bastante destruído.³ Ainda que percorra a burocracia da legislação ambiental para alcançar sua instalação e explorar cerca de 117,83 toneladas de ouro previstas em 12 anos, a estratégia segue a trajetória da corrupção, ao iniciar adquirindo os primeiros lotes de terra de forma ilegal, comprando terras que pertencem à União e que estão destinadas à reforma agrária no Projeto

³ Ação Civil Pública n. 0001062-06.2017.8.14.0005, proposta pela Defensoria Pública do Estado do Pará contra o Estado do Pará e empresa Belo Sun, na Justiça Estadual/Vara Agrária de Altamira; Ação Civil Pública n. 0000242-26.2017.4.01.3903, proposta pela Defensoria Pública da União contra o Estado do Pará e empresa Belo Sun, na Justiça Federal de Altamira; Ação Civil Pública n. 0002624-17.2019.8.14.0058, proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará contra o Estado do Pará e empresa Belo Sun, na Justiça Estadual/Comarca de Senador José Porfírio; Ação Civil Pública n. 0801861-11.2020.8.14.0005, proposta pela Defensoria Pública do Estado do Pará contra o Estado do Pará e empresa Belo Sun, na Justiça Estadual/Vara Agrária de Altamira.

de Assentamento Ressaca.⁴ Este fato gerou uma ação da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) que paralisou a licença de operação pleiteada pela mineradora.

Mapa 2 – Projeto Belo Sun na Volta Grande do Xingu



Elaboração: Mauricio Torres.

A seca do Xingu em 2020 foi a mais severa dos últimos tempos. Em relação ao ano passado, o volume de água do rio sofreu uma diminuição de quase 40% no mês de outubro, e muitos dos igarapés que alimentam o Xingu, como o Altamira, Ambé ou Trindade, entre outros, estão secando, formando lagos que vão se cobrindo de peixes mortos.

Para a população do Médio Xingu, que depende do rio e dos igarapés para a pesca, a locomoção, o consumo de água e a irrigação das roças,

⁴ PA Ressaca está localizado no município de Senador José Porfírio. Foi criado em 3/9/1999 e abrange uma área de 30.265,63 hectares com capacidade para 500 famílias. As famílias efetivamente assentadas correspondem a 478. O PA Ressaca foi obtido como terra pública arrecadada e matriculada em nome da União em 28/7/1982 (Gleba Ituna). O assentamento está registrado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) com área de 26.133,29 hectares denotando uma discrepância com o tamanho do território constante na portaria de criação do PA. São 4.132,34 hectares a menos.

esta situação está tomando proporções catastróficas. Centenas de famílias duramente impactadas pela Covid-19 em sua segurança alimentar estão não apenas passando fome, mas perdendo completamente seus meios de subsistência. Diante destes fatos, em novembro de 2020 os povos tradicionais do território Volta Grande se manifestaram e escreveram a seguinte declaração:

Nós, pescadoras e pescadores, ribeirinhas e ribeirinhos, agricultoras e agricultores, e indígenas Curuaya e Xipaya, presentes nesta manifestação, declaramos que decidimos colocar em risco nossa segurança e a de nossas famílias, arriscando-nos nesta ação de desobediência civil pacífica e desesperada num momento de pandemia, porque não nos resta mais *nenhum* recurso: o Xingu está morrendo, e não vemos *nenhuma* saída para a nossa sobrevivência, a dos nossos idosos e de nossas crianças, caso não tenhamos, nós e as autoridades competentes, a determinação de mudar esta situação. (Manifesto dos guardiões da Volta Grande do Xingu, 2020)⁵

A volta grande do Xingu

A Volta Grande do Xingu é o Rio Xingu que, ao chegar na cidade de Altamira, inicia a sua volta por um trecho de 130 km de extensão, passando por quatro municípios (Altamira, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu) no Estado do Pará/Amazônia brasileira e constitui com seu povo uma essência inegável. O rio juntou os antigos moradores, povos indígenas, e os migrantes, que vieram principalmente do Nordeste para a coleta do leite da seringa.

Estes povos habitam cerca de 23 comunidades tradicionais e aldeias indígenas. Entre estes, estão os povos indígenas Arara, Curuaia, Xipaia e Juruna; pescadores, pescadoras, ribeirinhos (também autodenominados beradeiros) extrativistas e agricultores. Ao longo dos anos desenvolveram técnicas de pesca, conhecimentos das espécies de peixes da VGX, do manejo das suas águas, o tempo certo da caça, da colheita da castanha, do plantar, da extração dos óleos vegetais, dos lugares sagrados e seus encantados, seus saberes e sabores organizados de forma oral nos calendários ecológicos passados entre gerações – o seu modelo de Bem Viver.

⁵ Manifesto distribuído durante manifestação realizada em 8/11/2020.

Foto 2 – Encontro dos grupos guardiões de Volta Grande



Foto: Verena Glass.

Para quem chegasse, o rio era pai e era mãe

O Rio Xingu sempre foi um lugar acolhedor devido a suas fontes de belezas naturais, fontes de alimentação e de trabalho, onde as pessoas que chegaram criaram raízes, fazendo assim o povoamento das ilhas e beiradões, a exemplo da Ilha da Fazenda, localizada à margem esquerda do rio na VGX.

Cheguei na Ilha da Fazenda na década de 1980. Era um mar de rosas nossa vida lá! A gente tinha águas boas, o nosso peixe, tudo que se plantava, colhia. Hoje eu moro no Projeto de Assentamento Ressaca, sou pequena agricultora e desde que a hidrelétrica Belo Monte entrou em nossas vidas a vida da gente é um desastre, acabou com a vida da gente. Acabou com a nossa água, acabou com o nosso Xingu. Hoje nós vivemos quase bebendo lama, as plantações estão quase todas morrendo, a gente não tem saúde, não tem nem como correr imediatamente para um hospital porque é longe de onde a gente mora. A vida da gente se tornou um inferno. A responsável por isso tudo é a Norte Energia, ela quem acabou com o nosso peixe, acabou com o nosso rio, com nossos igarapés. E eu queria que pelo menos ela olhasse pra gente, para esses impactos que ela causou. (Xinguara)

Povos tradicionais têm, como parte de seu ser, o amor pelo lugar onde vivem, na floresta, próximo do rio, de suas alimentações naturais, do plan-

tar ao colher. Ser desterritorializado é também arrancar parte de seu ser e de sua existência. Mesmo com o rio doente, os moradores, ribeirinhos, pescadores e extrativistas ainda lutam para conservar o pouco que lhes restou de seus lugares.

A gente também tem que preservar o rio, juntar o lixo que vem descendo, deixar sempre limpinho, cuidar das tartarugas e dos peixinhos, a gente tem que se alimentar do peixe grande não dos peixes pequenos, temos que cuidar. O rio hoje é feio, mas quando, às vezes, eu converso com o rio, eu falo: rio lindo maravilhoso, dê peixe para nós hoje, dê o alimento pra nós. Aí a gente fica sentindo aquele som do rio... e aquelas imagens do rio, que fica assim parado... ele está ouvindo o que a gente está falando. (Mãezinha)

Nós nascemos e nos criamos na beira desse rio, nós não sabe viver em outro canto, pescador só sabe morar na beira do rio. (Filhote)

O Xingu, para mim, sempre foi um lugar de refúgio, eu sempre busquei me fortalecer nas suas águas! Tomar um banho de manhã cedo no Rio Xingu é como se fosse uma fonte de restauração. Toda vez que me encontrava deprimida, sem forças, sem dizer pra ninguém, pegava um barco e ia para as ilhas. Foi barrado o direito que nós tínhamos de ir buscar as nossas forças, a nossa sobrevivência. Então, o Rio Xingu é isso, lugar que eu me refugiava e ainda me refugio de alguma forma para buscar um acolhimento espiritual, buscar um aconchego; as águas que me banham me trazem forças para continuar com a luta, continuar com a vida. (Maria de Nazaré)

Para fazer um casco, um barco, um tipiti (instrumento para espremer a massa da mandioca) ou entralhar uma rede de pesca, um artesanato, é preciso de um conhecimento mais elaborado dos mais velhos, praticados, experimentados ao longo de gerações. Trata-se de saberes carregados de sentidos; estão presentes as cosmologias, os rituais, os calendários ecológicos, os preceitos e outros símbolos que compõem o conhecimento tradicional daqueles que fizeram da Volta Grande o seu lar.

Da mesma forma como somos detentores desses saberes, somos instigados ao conhecimento da modernidade para entendermos a produção do racismo e do racismo ambiental que se instala em nosso território; entender as invasões aos nossos territórios, as violações dos direitos humanos e ambientais pelos grandes empreendimentos. Belo Monte e Belo Sun são exemplos de enriquecimento ilícito de alguns privilegiados às custas do ecocídio e genocídio dos habitantes da Região Amazônica.

Considerações finais

A acolhedora terra da Volta Grande do Xingu está passando por processo de transformação de seus ciclos naturais, onde a vida das espécies aquáticas, humana, fauna e flora estão completamente ameaçadas, sofrendo processos de exploração de seus recursos hídricos, com o barramento do Xingu para geração de energia. A vida não é mais a mesma neste lugar. Os gritos de socorro destas populações ecoam por todos os cantos do mundo. Por meio das denúncias nas grandes mídias e nos órgãos internacionais de direitos humanos, há manifestações exigindo que se cumpra os direitos violados, a exemplo do hidrograma alternativo do Ibama, que obriga a Nesa a liberar água suficiente para a vida na VGX, e a ação civil pública, de autoria da DPE, exigindo a retomada das condicionantes para os/as pescadores/as impactados/as pela obra.

Com a possível operação da mineradora Belo Sun, será decretada a morte das vidas neste território, onde, há centenas de anos, populações vivem de suas práticas de exploração natural, do extrativismo, da pesca e da agricultura. Com a chegada de novas pessoas de costumes e práticas diferentes nestas comunidades é eminente que a vida como viviam antes deixará de ser gratificante, serão expropriadas de suas terras, para dar lugar a uma mineradora, que assim como todo ouro a ser arrancado, também arrancará suas raízes, seus espíritos ancestrais e seus mortos e matarão suas espécies. Assim, o impacto nas suas vidas e modos tradicionais serão incalculáveis e jamais recompensados.

Referências

- CHAVES, K. A. *Agora o rio vive seco: populações tradicionais, exceção e espoliação em face da instalação de grandes projetos na Volta Grande do Xingu*. Dissertação (Mestrado em Geografia), (Unesp) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.
- MANIFESTO DOS GUARDIÕES DA VOLTA GRANDE DO XINGU, 2020.
- MARIN, R. E. A. (coord). Cartografia da cartografia social: uma síntese das experiências/povos tradicionais da volta Grande do Xingu: garimpeiros, agricultores, assentados, indígenas, pescadores e moradores. *Boletim*, Manaus, UEA, n. 12, dez. 2017.
- REIS, C. S. A. dos. “Nas conversas e nos silêncios: memórias inundadas por Belo Monte. Poiésis. Amazônidas: Arte, Política e Resistência no Norte do Brasil”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da UFF*, v. 22, n. 37, p. 115-136, jan./jun. 2021.

ZUANON, J. *et al.* “Condições para a manutenção da dinâmica sazonal de inundação, a conservação do ecossistema aquático e manutenção dos modos de vida dos povos da volta grande do Xingu”. *Periódicos UFPA*. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8106>. Acesso em: 20 set. 2021.

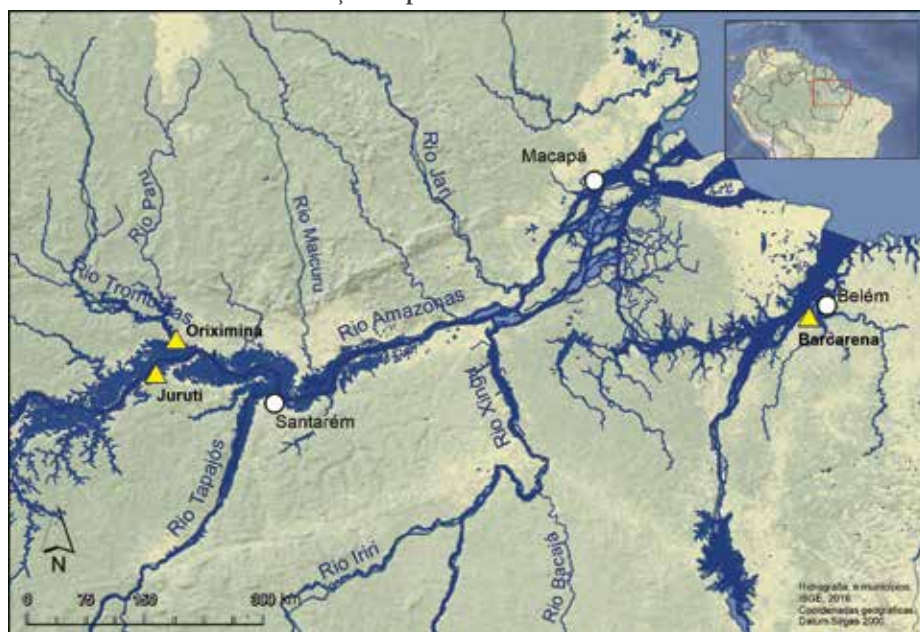
Impactos da cadeia produtiva do alumínio sobre territórios tradicionalmente ocupados no Pará: os casos de Oriximiná, Barcarena e Juruti

Thaís Borges e Mauricio Torres

Sob o discurso que entendia os diferentes modos de vida na floresta como sinônimos de atraso, a ditadura militar recebeu na Amazônia a indústria do alumínio. Os povos indígenas e as comunidades tradicionais da região eram vistos como “obstáculos sociais” ou, quando muito, como candidatos a cumprirem uma suposta “modernização”. A implementação dos grandes projetos de mineração chegava como um caminho inequívoco do pior para o melhor (Porto-Gonçalves, 2006).

O governo de então tomou para si o ônus de infraestrutura logística e de abastecimento de energia suficientes para que a empreitada fosse adiante. O exemplo da hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, construída para oferecer energia (subsidiada) para fabricação de alumínio (Aguiar; Vecchione; Cardoso, 2016) ilustra como as obras de aporte à fabricação de alumínio geraram desastres socioambientais (Santos, 2007).

Mapa 3 – Juruti, Oriximiná e Barcarena: três municípios que sediam mineração ou processamento de bauxita no Pará



Elaboração: Maurício Torres

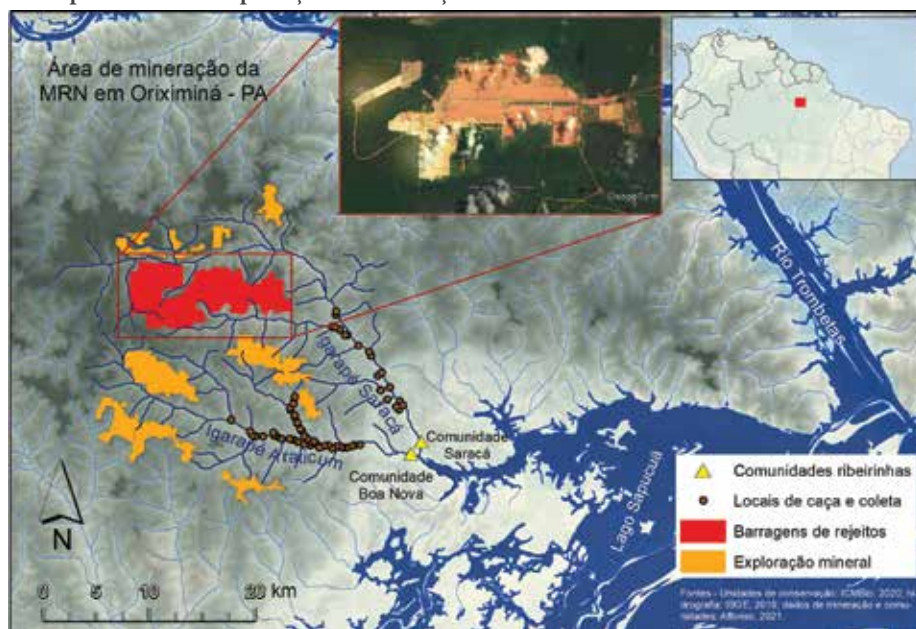
Quatro décadas de danos acumulados: o legado da Mineração Rio do Norte no vale do Rio Trombetas

Na década de 1970, durante o regime militar, a Mineração Rio Norte (MRN) começou a explorar bauxita num dos maiores maciços florestais do planeta, localizado na calha norte do Rio Amazonas, no município paraense de Oriximiná. A expropriação de comunidades tradicionais ribeirinhas e de remanescentes de quilombos precedeu a instalação da mineradora. A comunidade quilombola de Boa Nova, no Rio Trombetas, por exemplo, foi espoliada em quase todo seu território e destituída de suas áreas de roça, caça e coleta (Acevedo e Castro, 1998). Segundo Amarildo de Jesus, atual coordenador da comunidade, 70% dos quilombolas trabalham na vila industrial da MRN, compondo um exército de mão de obra barata para as atividades da mineradora (Borges e Branford, 2020a).

Dependentes dos empregos gerados pela vila industrial, os comunitários temem o que pode acontecer após o esgotamento das reservas de bauxita. “Eu tenho 31 anos e se me derem uma linha, um caniço, alguma coisa pra pescar, eu não sei. Eu não sei plantar, eu não sei caçar porque essa empresa

tomou tudo isso de nós. A gente não tem território pra isso”, afirma Carlene Printes, moradora de Boa Vista (Printes *apud* Borges e Branford, 2020a).

Mapa 4 – Área de exploração da Mineração Rio do Norte e comunidades tradicionais



Elaboração: Maurício Torres

Além dos efeitos da expropriação, ribeirinhos e quilombolas sofrem os impactos da contaminação de suas fontes hídricas. O Lago Batata, antes o principal local de pesca da comunidade de Boa Vista e de várias outras famílias, tornou-se ícone de como grandes empreendimentos na floresta podem acarretar o extermínio de um ecossistema. Entre 1979 e 1989, a MRN despejou 24 milhões de toneladas de rejeito no lago, e foi responsável pelo maior desastre industrial já ocorrido na Amazônia (Wanderley, 2008).

“Desde o final do século XIX e, de maneira mais contundente, a partir de 1930, barragens já eram construídas para fins de depósito de rejeitos” (Duarte *apud* Wanderley, 2008). Entretanto, o projeto de exploração de bauxita no vale do Rio Trombetas descartava a lama diretamente no ambiente natural (Wanderley, 2008). Os moradores do Lago Batata ainda hoje convivem com intensas coceiras e alergias. Os efeitos agravam-se no verão amazônico, quando a superfície da água se aproxima da espessa

camada de lama, mesma época em que jacarés e tracajás ficam presos no rejeito e ali morrem.

Em 1989, após denúncias sobre o assoreamento do lago alcançarem repercussão internacional, a MRN construiu sua primeira barragem. Mas isso não representou o fim dos problemas para os ribeirinhos e quilombolas. Os tanques de rejeito constituíram um novo risco para outras comunidades.

No estado do Pará, Oriximiná é o município que concentra o maior número de barragens: são 26 e, de acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração da Agência Nacional de Mineração (ANM), uma delas está classificada na categoria de risco “alto”, o que indica a presença de aspectos capazes de influenciar a probabilidade de um acidente. Outros 14 tanques possuem “alto potencial de dano associado”, quesito que considera os possíveis impactos sociais, ambientais, econômicos e de perdas de vidas humanas, independentemente da probabilidade de ocorrência de um acidente.

Hoje, a MRN continua a se expandir, mas não sem a resistência das comunidades tradicionais e quilombolas da região. O processo de abertura de novas minas mudou após a regulamentação, no Brasil, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Desde 2004, as obras estão condicionadas à oitiva das comunidades tradicionais impactadas. O direito, no entanto, não tem sido assegurado a comunidades ribeirinhas, que têm menor visibilidade política do que as quilombolas. Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, a MRN desmatou uma área de 224 hectares de floresta utilizada pelos ribeirinhos, sem informá-los sobre a abertura do novo platô (MRN, comunicação pessoal).

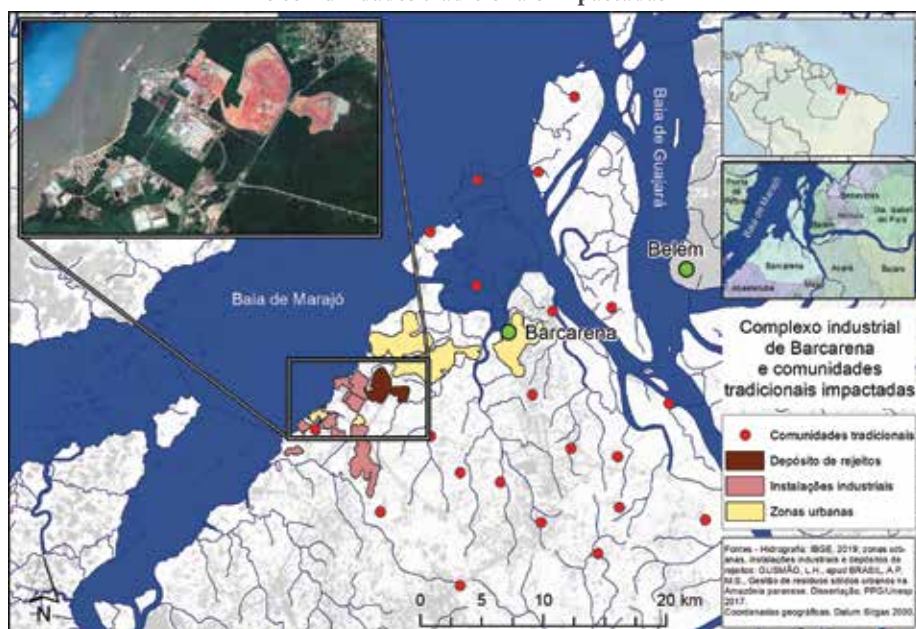
O Estudo de Impacto Ambiental que instruiu o processo de licenciamento do empreendimento considerou que “na área do empreendimento não existem comunidades, sejam elas tradicionais ou não” (Estudo de Impacto Ambiental *apud* Benvegnú, 2020). E, ao desconsiderar formas tradicionais de ocupação, o estudo deixou de prever possíveis impactos que pudessem afetar essas comunidades (Benvegnú, 2020).

“Deixaram só o câncer pra nos matar”: a concentração industrial em Barcarena

A algazarra dos pássaros no quintal da casa de Maria Socorro da Silva há tempos silenciou. “Está vendo essas goiabas?”, Socorro aponta para uma árvore repleta de frutos maduros. “Os passarinhos não comem”. Em seguida,

ela mostra as frutas já caídas no chão. “As galinhas também não chegam perto. Os bichos sentem a contaminação”, explica Maria do Socorro da Silva, presidente da Associação de Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) e moradora do município de Barcarena, a 50 km de Belém. O local, habitado por comunidades tradicionais, transformou-se num dos principais polos industriais e portuários da Amazônia a partir da década de 1980 (Borges; Branford, 2020b).

Mapa 5 – Complexo industrial de Barcarena e comunidades tradicionais impactadas



Elaboração: Mauricio Torres.

Barcarena abriga três gigantes do mercado global de *commodities*: as nipo-norueguesas Hydro Alunorte – maior refinaria de alumina do mundo – e Albrás, líder na produção de alumínio primário no Brasil; e a francesa Imerys Rio Capim Caulim, que beneficia o caulim – um minério utilizado principalmente na fabricação de papel e cerâmica. Entretanto, é a liderança de Barcarena no *ranking* dos desastres socioambientais na Amazônia a grande responsável pela fama do local: entre 2000 e 2018, foram registradas 22 ocorrências, segundo dados do Ministério Público e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado (Comissão Parlamentar de Inquérito, 2018).

O maior desses desastres foi protagonizado pela Alunorte e ocorreu em fevereiro de 2018, quando o transbordo de um dos depósitos de rejeito contaminou com lama tóxica a água dos igarapés e poços artesianos que abastecem as comunidades do entorno da bacia.

Apesar dos resultados de pesquisa que mostraram níveis elevados de alumínio na água, divulgados logo após o desastre de 2018 (Instituto Evandro Chagas, 2018), a Hydro-Alunorte mobilizou recursos jurídicos e técnicos para negar o transbordamento da bacia, e creditou as inundações à uma chuva atípica.

Se os rios e igarapés da região apresentam concentrações de metais pesados muito superiores às estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Pereira, 2019), exames feitos a partir de amostras de cabelo e sangue na população exposta à poluição também evidenciaram a presença de metais pesados em níveis superiores aos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

De acordo com Queiroz (2019), 11,1% dos jovens, 26,3% dos adultos e 50% dos idosos apresentaram níveis de chumbo na faixa de 300 a 500 microgramas por litro. O limite tolerável pela OMS é de 100 microgramas por litro em adultos. Nas crianças, os níveis ultrapassaram em oito vezes a recomendação da OMS. O estudo aponta ainda que “a queima de combustíveis fósseis, como carvão mineral, usado em caldeiras no processamento industrial de caulinita e bauxita, emitem poluentes atmosféricos e geram resíduos e efluentes industriais com altos níveis de chumbo” (Queiroz, 2019).

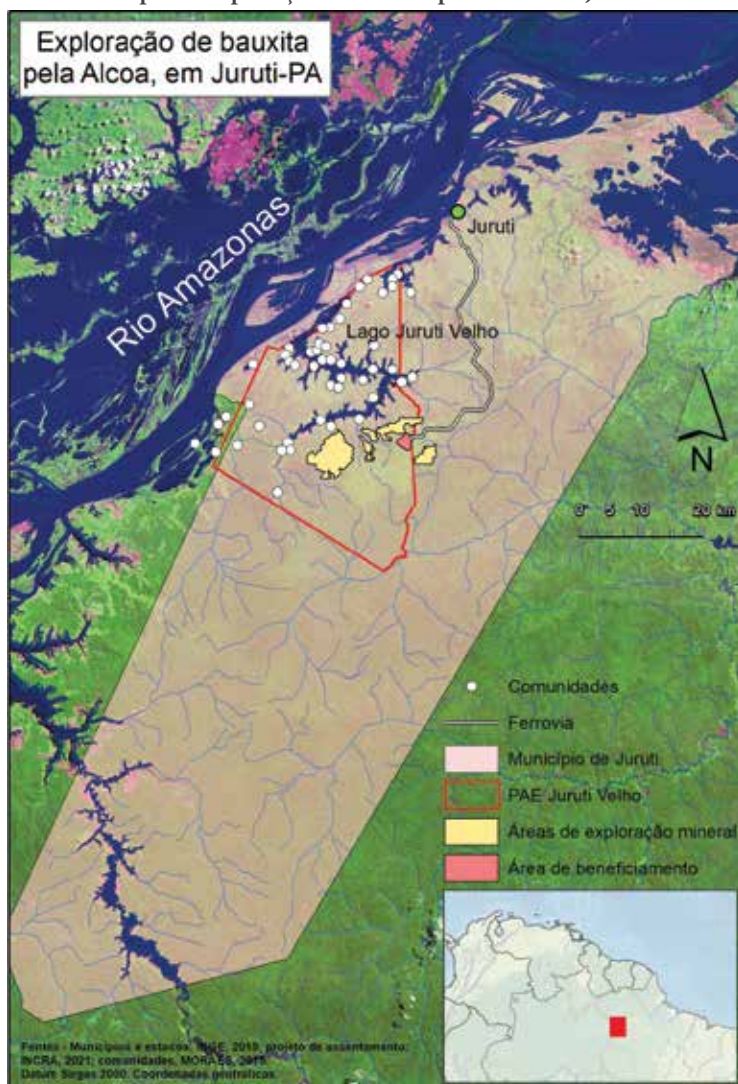
“Levaram a nossa riqueza e só deixaram o câncer aqui para nos matar”, desabafa Maria do Socorro, uma das lideranças de Barcarena que lutam para ter acesso a tratamento médico e demandam do poder público a descontaminação do território de ocupação centenária. “O que estamos vivendo aqui é um genocídio legalizado e apoiado pelo Estado”, sintetiza Paulo Feitosa, que representa o Instituto dos Ribeirinhos do Pará (Borges; Branford, 2020b).

“Quem coletava castanha, agora coleta latinha de alumínio”: expropriação e resistência à Alcoa em Juruti

Em 2000, a multinacional Alcoa adquiriu os direitos sobre uma jazida de bauxita estimada em 700 milhões de toneladas, localizada na margem direita do Rio Amazonas, no município paraense de Juruti. Uma das líderes mundiais na produção de bauxita, alumina e alumínio, a Alcoa vinha en-

frentando alguns reveses nos Estados Unidos e desembolsando indenizações milionárias para restaurar os impactos causados por suas atividades. “Nesse contexto, iniciar um projeto sustentável no interior da Amazônia seria uma vitrine fantástica para disseminar uma imagem de uma empresa preocupada com o meio ambiente e com o bem-estar da população”, explica Silva (2014), que estudou o processo de resistência das comunidades ribeirinhas em Juruti.

Mapa 6 – Exploração de Bauxita pela Alcoa em Juruti



Elaboração Mauricio Torres

A área rica em minério fica a 45 quilômetros da sede do município, numa localidade banhada pelo lago de Juruti Velho, e tradicionalmente ocupada por dezenas de comunidades formadas por descendentes de indígenas Mundurucu e Muirapinima, que se autorreconhecem como ribeirinhos.

Na primeira audiência pública feita para discutir o projeto, em 2005, havia 5 mil pessoas presentes. E somente os 200 representantes das comunidades de Juruti Velho disseram não à Alcoa.

Em 2005, os ribeirinhos conquistaram uma primeira vitória, ao ter reconhecido o seu direito ao território. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou o Projeto Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, um tipo de assentamento da reforma agrária que assegura a posse coletiva às comunidades tradicionais que já ocupavam a terra, e garante que elas não sejam expulsas (Silva, 2014).

Quatro anos mais tarde, ainda sem sua documentação definitiva e diante da emissão da licença de operação para a mineradora, os ribeirinhos de Juruti Velho decidiram aproveitar a realização do 5º Fórum Social Mundial, que havia começado na véspera, em Belém, para dar fama ao imbróglio. Bloquearam a estrada que dava acesso ao canteiro de obras da Alcoa e ocuparam o empreendimento.

A ação direta resultou numa conquista histórica. O CEO da Alcoa para a América Latina foi à Juruti para negociar com os ribeirinhos. Pela primeira vez, o Incra concedeu o documento coletivo a uma comunidade tradicional ribeirinha na Amazônia. O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso deu amparo legal a uma área de 100 mil hectares. A comunidade cedeu à Alcoa o direito de minerar 18 mil hectares da terra, em troca do pagamento pela participação nos resultados da lavra – uma espécie de *royalty* devido ao proprietário da superfície, equivalente a 1,5% dos lucros líquidos auferidos com a atividade. Também foi arbitrada uma indenização por perdas e danos.

A construção de uma mineração menos assimétrica foi viabilizada por diferentes fatores: a resistência dos ribeirinhos, apoiada por diferentes movimentos sociais, a atuação do Ministério Público, a presença de governos de esquerda nas esferas municipal, federal e estadual que, apesar de apoiarem o empreendimento, abriram espaço para o diálogo com as comunidades e, principalmente, a existência de leis ambientais e daquelas que asseguram direitos a povos e comunidades tradicionais.

Mesmo assim, os impactos gerados nas comunidades evidenciam o tipo de desenvolvimento gerado por esses grandes empreendimentos. A professora de História em Juruti Velho, Gleice Coelho, sintetiza a situação:

Uma das cenas mais chocantes aqui é me deparar com um agricultor, que coletava castanhas numa comunidade de impacto direto. Ele juntava castanhas no seu paneiro de cipó, e hoje ele junta latinha de cerveja e de refrigerante num saco. Uma triste ironia que as latas sejam feitas do mesmo metal que Alcoa retira da nossa terra, antes coberta de castanheiras. (Coelho *apud* Borges; Branford, 2020c)

Considerações finais

Ao confrontar os impactos anteriormente elencados, com a migração de fábricas de alumínio dos países ricos e a transferência dessa atividade para, principalmente, África e América Latina (Porto-Gonçalves, 2006), transparece a atualidade das lógicas discriminatórias na localização de instalações portadoras de risco, pensadas pelo sociólogo Robert D. Bullard (Bullard *apud* Acselrad, 2018) em 1987. O mapa da desigualdade ambiental elaborado em 1987 por Bullard evidencia que o descarte de material que gera riscos coincide com os locais de moradia de grupos étnicos e de baixa renda.

No âmbito da divisão do trabalho, a cadeia produtiva do alumínio, na Amazônia, ilustra os efeitos do avanço do capital predatório. Empresas como a MRN, Alcoa, Albrás, Alunorte e outras violam direitos e instalam situações de injustiça, seja por meio do impacto gerado em territórios tradicionalmente ocupados, seja pela proletarianização compulsória de grupos como o do citado quilombo de Boa Vista, que, espoliados de seus territórios, foram convertidos forçadamente em mão de obra barata.

O avanço da mineração sobre territórios tradicionalmente ocupados pratica mais do que um esbulho material. Ao capital que chega, o local é destituído de todas as dimensões de valor que não a econômica. Entretanto, às comunidades esbulhadas, o território cumpre funções para muito além da acumulação, desde seus aspectos mítico-religiosos às referências de memória e identidade (Shiva, 2000; Laschefski, 2011).

É notável como empreendimentos com esse nível de impacto possam ter sido aprovados. Segundo Zhou (2019), o projeto econômico se impõe e o licenciamento não foi concebido para avaliar a exequibilidade dos projetos do

ponto de vista dos planos e desejos das comunidades locais e das condições ecológicas dos lugares.

Entretanto, há significativas diferenças entre os processos licenciados na década de 1970, em Oriximiná e em Barcarena, e a mineração em Juriti, autorizada na década de 2000. Em função de normas e legislações – que, no limite, foram conquistas dos grupos afetados –, foi notável um “poder de negociação” mais pronunciado no caso recente. Resta saber até que ponto isso reflete transformações reais, e até onde limita-se a dar um verniz socio-ambiental que torna esse tipo de empreendimento ainda mais pernicioso.

Referências

- ACEVEDO, R. E.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: UFPA/Naea, 1998.
- ACSELRAD, H. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In: ZHOURI, A. (org). *Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.
- AGUIAR, D.; VECCHIONE, M.; CARDOSO, A. Onde menos se espera: vivendo com a indústria do alumínio e do caulim na Amazônia brasileira, 2016. *Fundo Dema*. Disponível em: <http://www.fundodema.org.br/conteudos/outras-noticias-fundo-dema/38582/aonde-menos-se-esperaa-vivendo-com-a-industria-do-alumínio-e-do-caulim-na-amazônia-brasileira>. Acesso em: jan. 2021.
- BENVEGNŪ, V. C. *A mineração no platô Aramã: licenciamento ambiental em análise*. São Paulo: Comissão pró-Índio, 2020. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Estudos_MineraçãoPlatoArama_CPI.pdf. Acesso em: jan. 2021.
- BORGES, T.; BRANFORD, S. Mina de bauxita deixa legado de pobreza e poluição em quilombo do Pará. *Mongabay*, 8 jun, 2020a. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/06/mina-de-bauxita-deixa-legado-de-pobreza-e-poluicao-em-quilombo-do-para/>. Acesso em: jan. 2021.
- BORGES, T.; BRANFORD, S. Brazilians impacted by mining assert: ‘Genocide legalized by the state’. *Mongabay*, 10 dez, 2020b. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/12/brazilians-impacted-by-mining-assert-genocide-legalized-by-the-state/>. Acesso em: jan. 2021.
- BORGES, T.; BRANFORD, S. Como ribeirinhos no Pará enfrentaram uma das maiores mineradoras de alumínio do mundo. *Mongabay*, 8 out., 2020c. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/10/como-ribeirinhos-no-para-enfrentaram-uma-das-maiores-mineradoras-de-alumínio-do-mundo/>. Acesso em: jan. 2021.
- COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI. *Relatório Final: danos ambientais na bacia hidrográfica do Rio Pará*. Belém: Assembleia Legislativa

- do Estado do Pará, 2018. Disponível em: https://www.alepa.pa.gov.br/midias/midias/135_0445fa8da93940afabc5c36edd7able1.pdf. Acesso em: jan. 2021.
- LASCHEFSKI, K. “Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos”. In: ZHOURI, A. (org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- PEREIRA, S. F. P. Desastres sócio-étnico-técnico-ambientais em Barcarena. In: CASTRO, E. R.; CARMO, E. (org.). *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena*. Belém: Naea; UFPA, 2019.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- QUEIROZ, T. K. L. de et al. Human blood lead levels and the first evidence of environmental exposure to industrial pollutants in the Amazon. *International journal of environmental research and public health*, v. 16, n. 17, p. 3.047, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31443420/>. Acesso em: jan. 2021.
- RECURSOS NATURAIS. SHIVA, V. In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, S. M. S. B. M. 2007. *Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- SILVA, L. J. S. *Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da Alcoa e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo-Amazonas paraense*. Tese, Naea-UFPA, 2014.
- WANDERLEY, L. J. 2008. *Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira*. Dissertação de Mestrado. UFRJ – Programa de pós-graduação em Geografia.
- ZHOURI, A. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da Ecologia Política. In: CASTRO, E. R.; CARMO, E. (org.). *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena*. Belém: Naea; UFPA, 2019.



Expansão do dendê e os Quilombolas do Alto Acará, Pará

Jamilli Medeiros e Brian Garvey

Entendendo as múltiplas identidades do município do Acará

O município do Acará está localizado no nordeste do estado do Pará. Seu processo de colonização ocorreu ainda no século XVIII, devido à proximidade de Belém e de rios de fácil navegação em seu entorno. Na primeira metade do século, a colonização ocorreu prioritariamente na margem do Rio Acará, sobretudo pela necessidade de retirada de madeira pela Coroa portuguesa naquele momento. Inicialmente, a principal mão de obra utilizada foi a indígena. Já na segunda metade do século, a força de trabalho era composta por um grande número de africanos escravizados que trabalhavam em engenhos.¹ Nesse período, a região passou por um processo de transformação de sua paisagem, revelando um cenário agrícola com a produção de

¹ O processo histórico de ocupação às margens do rio Acará deixou resquícios que até hoje podem ser vistos nas comunidades da Amarqualta. Uma delas é o engenho, localizado na fazenda Turé, onde até hoje existem trilhos de ferro, e instrumentos da sua época de produção, além de um canal de vazão de água formado por pedras. Assim, os moradores nos contam que tais

arroz, café, cacau, cana-de-açúcar e milho por meio de terras concedidas pela Coroa portuguesa para pessoas da elite local (Marin, 2000).

Os engenhos na região estavam localizados prioritariamente às margens do rio devido as suas terras férteis e para favorecer a produção agrícola na região. Em 1765, um grande número de escravos na freguesia de São José do Rio Acará é registrado, representando cerca de 570 pessoas do total de 1.017 habitantes no local naquele momento (Marin, 2000).

O município de Acará esteve envolvido na Revolta da Cabanagem (1835-1840). Esse momento é destacado pelo fim da distribuição de terras pela Coroa portuguesa para a elite, despertando a expectativa dos demais grupos sociais que não obtinham terras. Assim, a alta concentração fundiária marcou conflitos e revoltas pelo acesso à terra, envolvendo a elite, escravos, indígenas e pessoas livres sem-terra na luta por estabilidade econômica e social naquele momento (Lima, 2004).

Esse cenário caracterizou a chegada e a resistência de escravos africanos na região do Acará, que desde a segunda década do século XIX participavam de maneira ativa da busca por mudança em suas realidades, na luta por liberdade, por autonomia de produção e por terras.

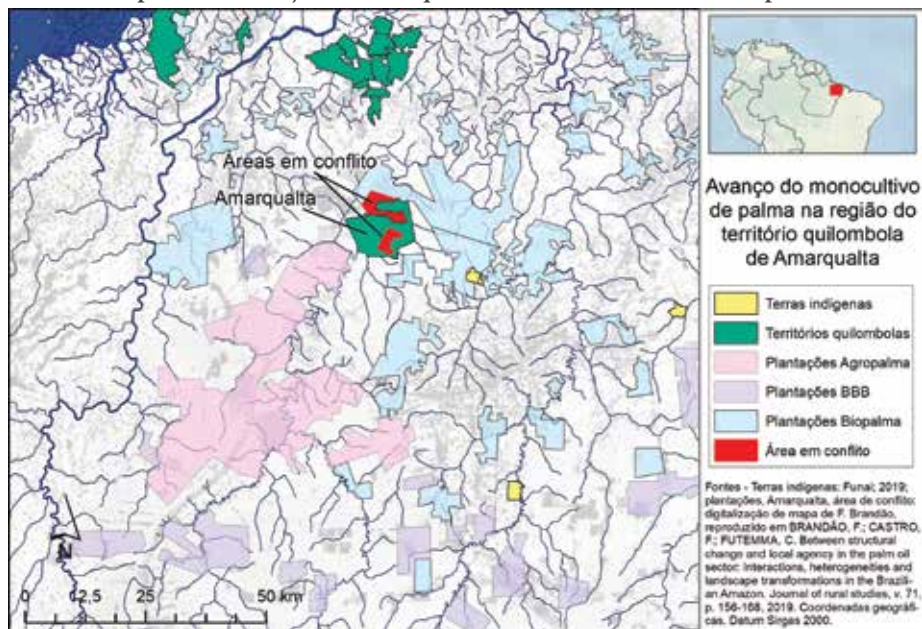
Nesse processo histórico de construção do município do Acará, observamos a formação de múltiplas identidades que se organizam em torno da luta pela terra e do desmantelamento de uma estrutura fundiária concentrada. Neste capítulo, focamos na luta quilombola, entendendo essa como um processo de luta por autonomia, autoidentificação e organização política na busca por seus direitos.

Amarqualta em foco

Nosso foco está na região do Alto Acará, no nordeste paraense, mais especificamente nas comunidades quilombolas da Associação dos Moradores e Agricultores Quilombolas do Alto Acará (Amarqualta), a qual é composta por seis comunidades: a comunidade de Vila Formosa, Monte Sião, Pitinga Grande, Pitinga Mirim (comunidades ribeirinhas), 19 do Maçaranduba e Turé III (comunidades situadas em terra firme). Elas lutam juntas pelo processo de titulação definitiva de suas terras desde 2009.

utensílios reforçaram o seu processo de reconhecimento por órgãos públicos de sua identidade como comunidades quilombolas.

Mapa 7 – Localização da Amarqualta e área de conflito com a Biopalma



Elaboração: Maurício Torres

O território dessas comunidades tem uma extensão de aproximadamente 18 mil km², ou 22 mil hectares. O acesso ao local é exclusivamente por rios, igarapés e ramais. Em conversa com os moradores, observamos que muitas famílias estão vivendo ali por gerações, que nasceram e cresceram no território quilombola, enquanto outras se estabeleceram há anos, em busca de trabalho, encontrando ali uma oportunidade de desenvolver suas vidas por meio do trabalho familiar na terra, do ato de plantar e colher. Relações familiares têm sido formadas entre quilombolas e indígenas da região, demonstrando as múltiplas identidades existentes no território. Além disso, os elos de parentesco e vizinhança entre eles frequentemente se confundem, visto que muitos possuem o mesmo sobrenome.

Embora algumas comunidades possuam acesso à energia elétrica, muitas delas o tiveram a partir de recursos próprios. A companhia de energia elétrica da região, mesmo diante de várias solicitações, não se fez presente. A ausência de acesso à água tratada também é uma realidade nestas comunidades; desse modo, as famílias utilizam a água dos rios e igarapés próximos para suprir suas necessidades básicas, como beber, tomar banho, cozinhar

etc. Essa necessidade fortalece o elo entre as famílias e os cursos d'água na região e também se manifesta na atividade pesqueira. Além disso, algumas famílias possuem acesso a poços caipiras e artesianos e compartilham a água com seus vizinhos quando necessário.

A produção nessas comunidades é baseada no trabalho familiar na terra. O principal cultivo é o plantio da *maniva* e tem como principal finalidade a produção da farinha de mandioca para consumo próprio e para venda na feira do produtor na cidade do Acará ou em Tomé-Açu, a 70 km e 76 km de distância da comunidade, respectivamente. Além disso, as famílias produzem feijão, pimenta do reino, arroz, milho e hortas, sendo que muitos desses cultivos ocorrem em consórcio. Também trabalham com a criação de galinhas e porcos, em sua maioria voltada para consumo próprio. Por fim, o cultivo perene e o extrativismo se faz presente em suas vidas com a plantação de andiroba, açaí, castanha do Pará, mamão, acerola, abacaxi, cupuaçu, laranja etc.

Além disso, observamos que a terra onde é empregado o trabalho familiar tem um profundo significado para estes quilombolas. Ali se retira o sustento alimentar e das relações afetivas contidas em seus trabalhos coletivos de maneira autônoma. Nesse sentido, seu Curuá² revela que tem orgulho de seu trabalho: “[...] eu gosto muito da roça, eu nasci trabalhando, é bom o trabalho, eu gosto de tudo, de brocar, limpar, plantar, de colher”. Dona Parú, uma senhora de 75 anos, revela que: “[...] eu adorava a nossa criação de porcos e galinhas, a roça, apesar de ser um serviço pesado, difícil, brocar era difícil, eu tinha roça de 12 tarefas, agora com idade fica um pouco mais difícil, né, minha filha? Mas um pouquinho a gente ainda faz”.

Sobre a diversidade e riqueza dos produtos que os quilombolas possuem, Seu Maicuru narra:

[...] aí você leva [para a feira do produtor] cana, banana, o que você tiver pra vender você leva na feira que vende mais a farinha que é o que a gente mais mexe né, chegou uma pimentinha também, mas se você tem uma macaxeira, você frita, você cozinha, faz um bolo de uma macaxeira e vai se multiplicando, por isso que eu digo que é muito bom trabalhar pra gente, com o açaí você faz um suco e o negócio só melhora, aí é muito bom. (Seu Maicuru, entrevista realizada em 2019)

² Utilizamos nomes fictícios para nossos entrevistados como forma de preservar suas identidades diante das tensões encontradas na região.

As falas dos moradores revelam a profunda relação afetiva dos quilombolas em suas relações familiares com a terra e com toda a biodiversidade existente em seu território. Isso é ilustrado por uma relação de acentuado respeito e cuidado com suas florestas, rios, animais e plantações. O modo de vida quilombola, muito apreciado pelos moradores, vai de encontro à lógica de produção do agronegócio do dendê em expansão na região, como veremos a seguir.

A Biopalma/Vale³ e a expansão do dendê na região

A bacia amazônica brasileira possui baixa altitude, regime de chuvas e luz solar que favorece a produção do “dendê”, o óleo de uma palmeira cujas sementes foram originalmente trazidas em navios negreiros de Moçambique, Benin e Angola. Hoje, o óleo de palma é reconhecido pelas suas múltiplas aplicações: produtos alimentícios, produtos de higiene, da energia e da indústria farmacêutica.

O cultivo de óleo de palma em grande escala foi incentivado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) do governo militar em 1967, e a crise do petróleo de 1972 estimulou ainda mais o interesse na substituição do diesel pela monocultura de palma. No século XXI, o interesse do governo brasileiro e das empresas avançou à medida que houve aumento da demanda internacional pelo óleo especialmente na China e na Índia, e para uso como fonte de energia renovável em meio às preocupações com o aquecimento global. As medidas introduzidas pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2016) procuraram integrar a agricultura familiar no

³ Durante o processo de escrita deste artigo, a Biopalma empresa Vale foi vendida para a Brasil Bio Fuels – BBF por meio de autorização judicial em outubro de 2020, com um valor de transação não revelado. Com esta transação, a BBF tornou-se a maior produtora de óleo de palma da América Latina, atuando nos estados de Roraima, Amazonas, Acre, Pará e Rondônia. Na mesma perspectiva de promover um “desenvolvimento sustentável”, a BBF atua no cultivo e manejo da palma do dendê, realiza o beneficiamento do óleo, produz o biodiesel e energia elétrica. Nossa pesquisa foi desenvolvida na região no período em que as áreas de dendê eram desenvolvidas e gerenciadas por meio da Biopalma/Vale, motivo pelo qual as ações de violências sofridas pelos quilombolas da Amarqualta estavam ligadas diretamente a esta empresa e, portanto, optamos por continuar nos referindo em nosso texto a esta empresa. Observamos que a Vale se retira de cena deixando todos os problemas socioterritoriais e ambientais que são (i) materiais às comunidades quilombolas de Amarqualta sem prestar qualquer tipo de reparo. O relato de alguns moradores, coletados após essa transação, aponta que a BBF chega, por meio de novos discursos (ou nem tão novos assim), a promover a sustentabilidade ambiental por meio de “combustível sustentável”, mas que, em verdade, desenvolve velhas práticas, desrespeitando as áreas do território quilombola, já que os moradores novamente se deparam com conflitos na comunidade do Turé III, como apontam.

setor e também evitar o desmatamento que caracteriza plantações de óleo de palma em outros lugares. É evidente que, no entanto, as grandes empresas que dominam o setor se apropriaram desses incentivos e optaram por fechar contratos com médias e grandes fazendas de gado, favorecendo o crescimento da monocultura (Villela; Freitas, 2014). Esta aliança, conforme mostrado a seguir, não foi isenta de acusações de grilagem de terras e desmatamento.

Foto 3 – Pulverização de agrotóxicos por trabalhadores da Biopalma na plantação de dendê no território quilombola



Foto: Juliana Busnelo

Foi assim que o dendê se expandiu na Região Amazônica, e a Biopalma foi uma das sete empresas que se valeram de generosos incentivos governamentais sob a bandeira da produção sustentável de energia. Em 2007, a Biopalma adentrou na região de Acará, constituindo-se como sociedade anônima fechada. Em 2009, é realizado o consórcio entre essa empresa e a Vale do Rio Doce, denominado Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (CBOP).⁴ A Biopalma/Vale possui plantações de dendê não somente em Acará, mas também em Tomé-açu, Concórdia do Pará e Moju, todos municípios localizados no nordeste paraense. Em 2019, segundo dados oficiais, a empresa conta supostamente com 56.487 hectares em área de plantio próprio. Além disso, Biopalma/Vale possui cerca de 6.914 hectares de plantio em parceria com a agricultura familiar.⁵ Segundo Silva, Magalhães e Farias (2016), no entanto, esta empresa teria 232 imóveis registrados em seu nome até o ano de 2015, em uma área equivalente a 240.690,22 hectares distribuídos pelo estado do Pará. Esse problema de reivindicações fraudulentas de terra assola o setor e é estimado que até 30% da área de plantação da Biopalma seja em terra sem titulação legal (Brandão; Castro; Futema, 2019).

O discurso popular, embora infeliz, de expansão em áreas já “degradadas” e “marginais” desmente o fato de que, entre 1980 e 2008, aproximadamente 20% da expansão do dendê no Brasil ocorreu diretamente por meio do desmatamento (Venturieri, 2011). As empresas se instalam nas terras que não estão desocupadas, são territórios em que vivem comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos. Ali, sob valores que não se encaixam ou se assemelham com a lógica predatória do agronegócio e da monocultura, vivem essas comunidades orientadas pela relação com a terra, com a natureza, com seus rios; em uma relação de reciprocidade, de trabalho familiar, em uma base alimentar múltipla e diversa em cores e sabores. Entre essas lógicas distintas, observamos diversas tensões entre os quilombolas da Amarqualta e a agroindústria da Biopalma/Vale.

⁴ Em 2011, a Vale aumenta sua participação no consórcio para 70% e, em 2016, a participação societária é composta por 98,12% Vale S.A., 1,23% do MSP Fundo de Participação e 0,65% da Bio participação S.A.

⁵ Como parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que desde então tem sido apequenado pela administração atual.

Conflitos e tensões

O aumento na busca por terras cresceu de maneira vertiginosa com a chegada do dendê na região. O estado do Pará vivenciou um aumento no cultivo de 58,795 para 99,402 hectares entre 2012 e 2016 (Silva, 2020) e foi responsável por 88% da produção brasileira até 2018, sendo 93% dessa produção concentrada em nove municípios do nordeste do estado. Essa expansão trouxe para a vida dos quilombolas da Amarqualta uma nova realidade de conflitos, visto que os moradores relatam a aparição de grileiros e madeireiros que invadem as suas terras, desmatando e se dizendo “donos” destas, com consequências fatais.⁶ Os grileiros passam então a grilar tais terras para posteriormente vendê-las para a Biopalma/Vale. Conforme descrito por Caripetuba:

Há quinze anos atrás os fazendeiros tiravam muita madeira da área [quilombola], tirava a melhor área de madeira e amedrontavam as pessoas aí, muita gente, e depois que se formou essa associação melhorou um pouco pra gente, porque a gente vai nos nossos direitos, aí melhorou mais [...] mas se fosse dele o Iterpa não tinha demarcado, antes ele tirou toda a madeira e vendeu pra Biopalma/Vale, como o Iterpa embargou da Biopalma/Vale, ele tá voltando dizendo que de novo que a terra é dele. (Caripetuba, entrevista realizada em 2019)

Na comunidade do Turé III, seu Amazonas relata:

[...] essa área aqui do Turé [...], ela não chegou a ser vendida, porque quando eles estavam tentando negociar com a Biopalma, foi na época em que a associação foi reconhecida com a certificação cultural de Palmares, aí a gente começou a ocupar várias áreas pra impedir a grilagem de terra. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018)

É perceptível em diversas falas dos moradores a importância da criação da Associação na defesa de seu território. Os quilombolas passaram a se identificar dessa maneira no momento em que se viram cercados pela lógica do dendê na região. Foi então que eles se organizaram como coletividade em uma mobilização que os fortalecesse, revisitando suas memórias e histórias étnicas que lhes são instrumentalizadas nas lutas e resistências por seus direitos. Um problema enfatizado pelos moradores se refere à questão

⁶ Em abril de 2018, o líder comunitário do Quilombo, Nazildo dos Santos Brito foi assassinado por se opor à expansão do óleo de palma e grilagem de terras. Esse foi o terceiro assassinato de ativistas em um período de quatro semanas no estado do Pará (Watts, 17/4/2018).

ambiental. O monocultivo do dendê necessita da utilização de agrotóxicos, os quais são pulverizados nas plantações próximas aos rios e igarapés que são de vital importância aos quilombolas.

Com as chuvas, esses agrotóxicos acabam escoando e contaminando os rios da região. São diversos os relatos de moradores que descrevem o surgimento de problemas dermatológicos ao tomar banho nos rios ou até mesmo problemas gastrointestinais ao beber água deles. Seu Xingu observa que “eles [Biopalma/Vale] nunca trouxe um benefício, tem nos atacado muito na questão ambiental, principalmente com a questão da água, mudou muito com o veneno”. Seu Curuca relata ainda o momento da vazão de óleo de dendê pelo Rio Acará ocasionado pela Biopalma/Vale no ano de 2016: “a água não presta mais, os peixes sumiram, eles colocam um veneno na terra e tem muito fedor, jogam o caldo do dendê na terra, já teve derramamento de óleo no rio e trouxe muita mosca”. Dona Paru observa que “[...]teve uma mudança que a gente não podia tomar água, a balsa deles furou e caiu muitos litros de dendê aqui. Isso faz uns três anos, eu acho. Foi difícil” (Entrevista realizada em 2018).

Seu Amazonas ainda pondera:

E com o veneno, a água vem e escorre pro igarapé tudinho, vai matando peixe, vai contaminando as nascente do igarapé e contamina tudo. Aí a gente já trouxe um pessoal do [Instituto] Evandro Chagas aí, que veio pelos indígenas. Eles pegaram a coleta dos igarapés e disseram que não existe contaminação, mesmo tendo peixe morto aí que a gente tá vendo. Essa coleta acho que foi 2016 [...]. Mas a gente corre com a justiça, denuncia a Biopalma, ela é uma empresa multinacional, é uma empresa poderosíssima aqui no Pará. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018)

Segundo os quilombolas, quando houve a contaminação do rio, eles não receberam nenhum tipo de ajuda ou esclarecimento por parte da Biopalma/Vale ou do Estado. Para se adaptar, os moradores precisaram se deslocar para coletar água em localidades distantes de suas casas. Já aqueles que possuíam poços artesianos ou caipiras construíram laços de solidariedade, compartilhando a água com seus vizinhos.

Ainda sobre as mudanças de ordem socioambiental, os quilombolas relatam a presença constante, e cada vez mais numerosa de mosquitos e moscas em suas comunidades. No passado, esse problema era comum somente no período do inverno amazônico, no entanto, os relatos apontam que essa

presença agora perdura o ano inteiro, fato que os moradores associam à monocultura do dendê e ao uso de agrotóxicos.

Outras queixas giram em torno de não poder deixar comidas, pratos, panelas, e até mesmo a sua produção da roça descobertos, pois tudo acaba sendo contaminado por moscas. Dona Trombetas comenta que “essa firma trouxe muito maruim, mosca, é muita peste. Antes a gente tinha muito sossego”; já seu Gurupi, por sua vez, fala que “trouxe muito inseto, maruim, trouxe veneno no igarapé, acabou com a nascente do igarapé quando fez uma abertura nessa fonte”. Observamos vividamente esse transtorno durante o estudo de campo, nos anos de 2018 e 2019: mulheres e crianças vigiam a sua produção de farinha para que essas não sejam contaminadas, prejudiquem a venda e, consequentemente, a renda familiar.

São inúmeras as tensões ocasionadas na vida dos moradores com a expansão do dendê na região. Destacamos as que consideramos como principais dificuldades observadas no cotidiano dos quilombolas, sendo este um breve relato perto de tudo o que é vivido e sentido.

Considerações finais

*[...] a terra é tudo pra mim, minha filha. É daqui
que a gente vive, é o nosso pão de cada dia*

Dona Iriri

*[a terra] é um grande valor, me representa criar
todos os meus filhos da produção dela*

Seu Gurupi

O sentimento de pertencimento e ligação entre os quilombolas da Amarqualta e suas terras é bastante expressivo, fortalecido por laços materiais e imateriais de identidades em suas práticas sociais com o seu território. A terra, para os quilombolas é um bem comum a todos, onde vivem de maneira coletiva e deve ser preservado, pois, na visão deles, pertence às futuras gerações.

Este futuro, então, está à beira do precipício, entre a luta dessas comunidades e a lógica expansionista do setor e dos interesses público-privados que impulsionam sua expansão. De modo alarmante, a Embrapa estima que um total de 232,8 milhões de hectares dos biomas da Amazônia e do Cerrado são apropriados para a produção de óleo de palma. Embora o zoneamento agroecológico atual limite isso a 31,8 milhões de hectares, esta área supera a área global de cultivo de óleo de palma que, em 2018, totalizou 19 milhões de hectares.

Como vimos, existem vários interesses considerando o potencial da Amazônia para a plantação do dendê. Entretanto, dado os efeitos nocivos da expansão do dendê mencionados pelos quilombolas neste artigo, é claro que esse processo continuará sendo contestado por aqueles que defendem seus territórios, laços e vidas.

Referências

- BRANDÃO, F. e SCHONEVELD, G. The state of oil palm development in the Brazilian Amazon. *Working Paper*, n. 198. Bogor, Indonesia: Cifor, 2015.
- BRANDÃO, F., CASTRO, F. e FUTEMMA, C. “Between structural change and local agency in the palm oil sector: Interactions, heterogeneities and landscape transformations in the Brazilian Amazon”. *Journal of Rural Studies*, n. 71, p. 156-168, 2019.
- BRANDFORD, S. e TORRES, M. Brazilian Amazon oil palm deforestation under control, for now. *Mongabay*, 17 maio 2018. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2018/05/brazilian-amazon-oil-palm-deforestation-under-control-for-now/>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- BRASIL BIOFUELS. BIOPALMA. Disponível em: <https://www.brasilbiofuels.com.br/>. Acesso em: 16 out 2021.
- LIMA A. R. R de. *Revolução camponesa no vale do Acará 1822-1840*. Belém: Prefeitura Municipal, 2004.
- MARIN, R. E. A. “Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará no século XVIII e XIX”. *Papers do Naea*, Belém, n. 153, p. 1-26, 2000.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Cartilha do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, 2011.
- SILVA, E. P. da; MAGALHÃES, S. B. e FARIAS, A. L. A. de. “Monocultivos de dendzeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense”. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, n. 11, 23 jul. 2016.
- SILVA, F. C.; SILVA, J. M. O. e MACEDO C. O. “Quilombolas e agronegócio do dendê em disputa pelo território no Alto Acará-PA”. In: MACEDO C. O.; BRINGEL F. O.; SOUSA, R. B. e SANTANA, R. M. (org.). *Os ‘nós’ da questão agrária na Amazônia*, p. 169-189. Belém: Editora Açaí, 2016.
- SILVA, J. M. *O território quilombola do Alto Acará/PA como resistência à expansão do agronegócio do dendê*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2020.
- VENTURIERI, A. “Evolução da área plantada com palma de óleo no Brasil, com ênfase no estado do Pará”. *Agroenergia Rev.*, n. 2 [Online], 2011.
- VILLELA, A. A.; JACCOUD, D. A. B.; ROSA, L. P.; FREITAS, M. V.. “Status and prospects of oil palm in the Brazilian Amazon”. *Biomass Bioenergy* n. 67, p. 270-278, 2014.
- WATTS, J. “Murdered land activist adds to rising death toll in Brazil’s Amazon”. *The Guardian*, 17/4/ 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2018/apr/17/murdered-indigenous-land-activist-adds-to-rising-death-toll-in-brazils-amazon>. Acesso em: 16 mar. 2021.



Mobilidade territorial de seringueiros brasilvianos na fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia)

Maria de Jesus Morais, José Alves e Daniela Stefano

O estado do Acre, na Amazônia brasileira, faz fronteira com os departamentos de Pando, na Bolívia, e Madre de Dios, no Peru. Esta região fronteira se consolidou, historicamente, sobre territórios ancestrais de diferentes povos nativos. Esta faixa fronteira também foi habitada há 150 anos por nordestinos, que se transformaram em seringueiros, além dos migrantes dos altiplanos do Peru e da Bolívia (Paula; Morais, 2010). A exploração das gomas elásticas (*Castilloas Ullei*), o caucho e as *heveas* (*brasiliensis*, *discolor*, *rigidofolia* e *spuceana*) – a seringa –, foram os recursos econômicos que motivaram as atuais configurações territoriais e suas fronteiras.

Sua formação socioeconômica-territorial, desde então, é marcada por conflitos entre os chegantes e a população nativa, em diferentes momentos, seja pela borracha e o caucho, no passado, seja pela madeira e o “sequestro de carbono”, nesta década de 2020.

Neste capítulo, abordaremos a mobilidade territorial dos trabalhadores seringueiros brasilvianos no contexto do avanço da fronteira econômica no estado do Acre (Brasil) e no Departamento de Pando (Bolívia). Trataremos de

trajetórias migrantes, que estão relacionadas à expropriação da frente agropecuária das décadas de 1970 e 1980, que provocou o deslocamento de famílias seringueiras do Acre para Pando em busca de trabalho e terra. Tal trajetória tem novo sentido, a partir do início do século XXI, devido ao retorno de famílias seringueiras, principalmente da Amazônia boliviana para o estado do Acre, em busca de reforma agrária e do direito à terra.

Mapa 8 – Trânsito de Brasileiros



Elaboração: Maurício Torres.

Primeiramente, abordaremos a frente migratória acreana em sua historicidade entre os tempos da borracha e do boi. Na seção seguinte, pretendemos apresentar alguns relatos e reflexões a partir das entrevistas com camponeses do Projeto de Assentamento Tupá, no município de Xapuri, realizado em junho de 2019.¹

¹ A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto institucional “Quem está construindo o desenvolvimento sustentável? Transformando trabalho exploratório em corredores migratórios no Sul”, da Universidade de Strathclyde (Reino Unido) em parceria com a Universidade Federal do Acre, via o Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Neste texto, mantemos as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme os Termos de Consentimentos assinados pelos entrevistados, e as identificações serão com pseudônimos.

Portanto, a análise trilha pela trajetória e mobilidade territorial dos seringueiros brasileiros, com sua ida e vida na Bolívia, a luta para retornar ao Brasil, a conquista da terra de trabalho e vida no assentamento, o que demonstra a urgência de um projeto de reforma agrária na sociedade brasileira.

A frente migratória acreana nos “tempos” da borracha e “tempos” do boi

A formação econômica e política do estado do Acre tem suas origens na frente migratória iniciada na segunda metade do século XIX, em busca da borracha derivada do “leite da seringueira”. A partir de então, levas de nordestinos adentraram em territórios bolivianos em busca de trabalho.² Durante a Segunda Guerra Mundial, ou o período da Batalha da Borracha, um novo fluxo migratório foi direcionado para a Amazônia, e várias das trajetórias aqui abordadas são de descendentes desses migrantes nordestinos.

A presença de brasileiros-acreanos na faixa de fronteira boliviana ocorre desde o final do século XIX,³ e mesmo com a queda dos preços da borracha no mercado internacional não houve emigração em massa desses seringueiros. Nesta perspectiva, trabalhar na Bolívia era mais lucrativo, não só pelas seringueiras serem “boas de leite”, mas nos seringais bolivianos não se cobrava a renda pelas estradas de seringa e o seringueiro podia vender a produção para diversos compradores (Moraes, 2010).

Um segundo momento de fluxo migratório de seringueiros acreanos para a Bolívia aconteceu entre as décadas de 1970 e 1980, em consequência das políticas públicas dos governos militares (1964-1985) para a Amazônia. A expansão da frente agropecuária no território acreano representou, entre outras coisas, a transferência da terra dos seringalistas para os novos fazendeiros, que não mais necessitavam da totalidade da força de trabalho seringueira, já que a meta era desmatar para criar gado (Moraes; Silva; Manchinery; Espíndola, 2012).

Houve pelo menos três tipos de reação por parte dos seringueiros-posseiros: em um primeiro momento, grande parte deles, intimidada pelas pressões, abandonou suas colocações de seringas e migrou para a Bolívia,

² Estas terras, que hoje correspondem ao estado do Acre, só se tornaram brasileiras após a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903.

³ Céspedes (2005) registra cerca de 60 mil brasileiros, em 1899, trabalhando na extração do látex para o barraquero Nicolás Suárez Callau, o maior seringalista boliviano.

correndo “atrás das seringueiras, à semelhança dos seus antepassados nordestinos, para os quais não existiam fronteiras entre o Acre (Brasil), a Bolívia e o Peru” (Varadouro, maio de 1978).

Outro contingente migrou para a periferia das cidades, principalmente Rio Branco, e uma terceira parcela resistiu contra os novos donos das terras, iniciando uma longa jornada de lutas pela posse da terra e das suas riquezas naturais (Paula, 2016). Este último movimento de resistência é simbolizado pelos “empates” dos trabalhadores rurais, de onde surgiu Chico Mendes, grande liderança rural, assassinado em 1988. Como resultado dessa luta foram criadas as duas primeiras reservas extrativistas (Resex) do Acre: Alto Juruá e Chico Mendes. No entorno desta última vivem os brasilvianos retornados nos anos de 2007-2008, no Projeto de Assentamento Tupá.

A vida na Bolívia

A população de seringueiros brasileiros que residiam na Bolívia, foi tensionada pelas autoridades bolivianas para deixar a faixa de fronteira, em pelo menos dois momentos de maior tensão.

Um foi na década de 1990, quando o governo boliviano pôs em curso o “Programa de Desenvolvimento de Pando”, o qual previa o deslocamento de trabalhadores desempregados das suas principais cidades para as “áreas desertas” da Amazônia. Em 1991, segundo o relatório de uma Comissão de Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, estimava-se a presença de “15 mil seringueiros brasileiros em território boliviano, dos quais a maioria saiu do Estado do Acre” (Dantas, 2015). O outro momento de tensão se iniciou com o governo de Evo Morales (2006-2019), que tomou diversas iniciativas para dinamizar o desenvolvimento desta região fronteira com os nacionais.

De tal modo, vários brasileiros/seringueiros foram expulsos da Bolívia e, desterritorializados, buscavam em vão lugar no estado do Acre (Moraes *et al.*, 2012). Mas o ponto de maior conflito e/ou que desencadeou o retorno para o Brasil foi o *Massacre del Porvenir*,⁴ ocorrido em setembro de 2008.

⁴ O *Massacre de El Porvenir* diz respeito à emboscada aos participantes de uma marcha de protesto que se realizaria na cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando, em 2008. A violência foi considerada “crime de lesa humanidade” pela Comissão Especial da União das Nações da América do Sul (Unasul). De acordo com o documento, os “assassinos contavam com (apoio dos

E em 2009, segundo dados da Organização Internacional para Migrações (OIM), existiam 548 famílias na faixa de fronteira. Sob jurisdição boliviana, essa população ficava submetida às normas vigentes naquele país e às tensões dela decorrentes, como a cobrança de taxas de “estrangeria e a multiplicidade de cobradores de rendas e impostos” (Maia, 2020, p. 5).

Na Bolívia, as famílias de brasileiros exerciam atividades camponesas extrativas na coleta da castanha, no corte da seringueira nativa para a coleta do látex, além do cultivo da agricultura – o “roçado”.

Em sua experiência como migrantes, mesmo que nascidas na Bolívia, muitas das famílias se sentem brasileiras. É o caso de Andiroba,⁵ cujos pais nasceram e se criaram na Bolívia, assim como ela. Casada com um brasileiro, que também nasceu e se criou na Bolívia, afirma que “nasci lá, mas sou brasileira, nunca tirei documento boliviano”.

Castanheira⁶ nasceu em 1959 e foi para a Bolívia com 10 anos de idade. “Eu vivi minha vida na Bolívia. Fui com meus pais. Aí meu pai morreu, lá mesmo, na Bolívia e casei, vivi a minha vida na Bolívia”. Afirma que, na Bolívia, “só trabalhava pros outros, nós não tinha direito em nada, plantava mas tudo era deles, nós não tinha lugar não. Era pra eles, trabalhava no que era dos outro, nós não tinha lugar pra viver”.

Seringueira⁷ nasceu em Brasileia e se criou entre Brasileia-Xapuri-Cobija. Também foi para a Bolívia com mais ou menos 10 anos de idade. “Foi, pois meu pai foi cortar seringa, naquela época que seringa dava dinheiro”. Dona Acaí, já com 15 anos de idade, se casou “com um [homem] que já morava lá [na Bolívia], sendo que é brasileiro também”. E, permaneceu “18 anos na Bolívia”, onde teve três filhos.

As três [brasileiras] demonstraram o desejo permanente que tinham de voltar ao Brasil. Todavia, este sonho só se concretizou com muita de luta.

funcionários do governo departamental”, de oposição a Morales, ou eram da “própria estrutura” da administração de Pando, que fica na fronteira com o Acre. “As vítimas das execuções eram civis que foram alvo de um ataque generalizado, com múltiplos assassinatos, que configuram, do ponto de vista do direito penal internacional, um crime de lesa humanidade”, diz o relatório (Carmo, 2008).

⁵ Pseudônimo. Entrevista realizada no dia 19 de junho de 2019.

⁶ Pseudônimo.

⁷ Pseudônimo.

A luta para retornar ao Brasil

A falta de identificação com a Bolívia juntou-se à cobrança de taxas com valores muito acima do poder aquisitivo das famílias.

No começo eles cobravam a estrangeiria, um visto pra gente permanecer lá. A gente pagava numa boa. Quando foi em 2007 eles começaram a cobrar um imposto muito alto, altíssimo. Eles cobravam na nossa moeda na faixa de 800 reais por pessoa, por ano [...]. (Seringueira, entrevista realizada dia 20/6/2019)

Diante da insatisfação de viver na Bolívia, das cobranças para o pagamento das taxas de permanência em território estrangeiro, além do medo após o massacre de *Porvenir*, um grupo de mulheres se organizou para cobrar do Incra, na cidade brasileira mais próxima, Brasileia, o assentamento de suas famílias, iniciando assim o processo de luta pela terra e o regresso ao Brasil.

[...] Nós não podia vir pro Brasil, nós não tinha condições. [Na Bolívia] não tinha onde morar, não tinha terra, não tinha como comprar terra, não tinha como comprar casa. Aí fui no consulado [brasileiro], pedi pra ele anotar todos os documentos que eram preciso pra gente se regularizar. Deus me iluminou nesse dia, eu acho. [O cônsul] mandou a advogada dele fazer tudo isso num papel, assinou e carimbou. Então eu tinha a chave que eu precisava porque eu tinha uma prova do valor que eles estavam cobrando. Porque até então eu não tinha como provar, era a minha palavra contra a deles. E os bolivianos sempre falavam: ou paga patrícia ou *te vaya a tu país*. Praticamente era uma forma de expulsar. Depois que eu peguei esse papel do consulado brasileiro, juntei uma turma de mulher doida, nove mulher, dez comigo e invadimos a sede do Incra. (Seringueira, entrevista realizada dia 20/6/2019)

Castanheira, que passou quatro meses no acampamento da sede do Incra, na cidade de Brasileia, relata como foi esse processo de luta:

Nós tava se arrumando pra vim [para Brasileia] quando lá os bolivianos começaram a se matar [referência ao conflito de *Porvenir*]. Eu digo agora uma coisa encaixou a outra: começaram a se matar aqui, eles mesmo, pra matar nós não demora não. Juntei os meninos tudinho com as mulher e partimos pro Incra. (Seringueira, entrevista realizada dia 20/6/2019)

Castanheira relata o dia em que foi conhecer a área onde as famílias brasilvianas seriam assentadas.

O Incra chegou com um caminhão pra pegar os homens para medir a terra. E eu falei: eu vou primeiro olhar, se eu gostar, nós vamos. Se eu não gostar,

nós não vamos não. Aí me levaram na caminhonete do Incra lá no Tupá, que é onde moro. Aí gostei e disse: pode trazer os homens. Aí eles passaram uma semana lá, mediram os lotes e depois trouxeram os homens de novo pra fazer os acampamentos de lona, aí viemo pra cá no dia 20 de janeiro de 2009. Passamos aqui em plena festa. (Seringueira, entrevista realizada dia 20/6/2019)

O movimento de retorno ao Brasil foi organizado pelas mulheres sem a participação de sindicatos ou de associação de produtores rurais.

Trajetórias migrantes: o sonho da terra e do trabalho camponês

A mobilização das famílias de brasileiras no Incra de Brasileia permitiu às famílias que fossem assentadas no Projeto de Assentamento Tupá. Criado pelo Incra em 2001, com área total de 6.134 hectares, com 147 famílias assentadas em lotes de até 50 hectares (Foto 4), o PA Tupá está localizado no município de Xapuri (AC).

Foto 4 – Projeto de Assentamento Tupá



Foto: José Alves – Pesquisa de campo: 19/6/2019.

A vida de assentados

De acordo com as camponesas assentadas no Projeto de Assentamento Tupá, a luta pela terra, a terra de trabalho, e não a terra de exploração e

reserva de valor como a do latifúndio e do agronegócio, representa uma conquista para a existência da territorialidade na Amazônia. A mobilidade espacial das famílias brasílianas mostra que terra e trabalho estão articulados e inseparáveis para a territorialidade camponesa amazônica. Esta terra precisa de água limpa, floresta em pé com seringueiras e castanheiras, com sua fauna e flora diversificadas para a caça e a manutenção do modo de vida camponês amazônico.

Andiroba,⁸ outra camponesa assentada no PA Tupá, relata que viver no Brasil fez com que hoje ela durma “tranquila, porque se eu partir eu tenho onde deixar meus filhos, minhas filhas, tenho um teto pra morar e tenho meus direitos também”. O sonho de um “pedaço de terra” para “morrer em paz”, representa a territorialidade material e simbólica, na qual se possa produzir, ter o tempo de trabalho e de descanso, que permita sentir a mata e sua relação para além do valor de mercado das árvores e riquezas.

Foto 5 – Desembarque dos produtos para comercialização na Feira do Agricultor de Xapuri/AC.



Foto: José Alves – Pesquisa de campo: 20/6/2019

⁸ Pseudônimo.

Foto 6 – Camponeses brasileiros do PA Tupá comercializando sua produção na Feira do Agricultor de Xapuri



Foto: José Alves – Pesquisa de campo: 20/6/2019

A urgência da reforma agrária

Podemos concluir que, ao camponês amazônico, não basta produzir para sua “sub-existência”,⁹ é preciso existir com dignidade no campo/floresta, com direito à educação, à saúde, à cultura, com organização social, política e sindical; é preciso ter alternativas de comercialização do que é produzido com seu trabalho. Isso não se realiza sem a mediação de políticas públicas, de acesso ao crédito familiar subsidiado, de regularização fundiária, de infraestrutura de ramal e assistência técnica rural. Essas políticas foram defendidas pelas camponesas e camponeses do PA Tupá.

Com este registro fotográfico das famílias do PA Tupá, em especial os brasileiros, comercializando sua produção na Feira do Agricultor de Xa-

⁹ O sufixo “sub-existir” é empregado entre aspas como crítica à ideia corrente de que o camponês deva produzir para sua subsistência. Não se deve aceitar que as políticas públicas para o camponês amazônico, ou de qualquer outro bioma, seja para sua existência em condições econômicas, sociais, ambientais, territoriais e de direitos humanos suprimidos, pela metade. Portanto, não enfocamos a sua existência como uma condição de simplesmente subsistência no campo, já que seria defender uma “sub-existência”, ou seja, existir com mínimas condições. A existência das camponesas e camponeses deve ser em sua totalidade e com dignidade.

puri, reiteramos a urgência da reforma agrária no combate às injustiças e desigualdades sociais, na luta pelo direito à terra de trabalho, de uma política de sustentabilidade ambiental e como mecanismo de soberania alimentar para as populações do campo e da cidade.

Referências

- CARMO, M. “Mortos em ‘massacre’ na Bolívia foram torturados, diz relatório”. BBC BRASIL, 4/12/2008. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081204_boliviapando_mc_cq. Acesso em: 15 fev. 2021.
- CEPESDES, M. *Aceso y distribución interna de la tierra en comunidades campesinas de Pando*. Cobija: Cejis, 2005.
- DANTAS, K. G. M. A. *Nas fronteiras da Terra Prometida: trajetórias de trabalhadores rurais do Alto Acre*. Rio Branco: Ifac, 2015.
- MAIA, J. S. da C. *Seringueiros brasileiros e suas travessias para a Bolívia: a formação de novos modos de vida num espaço de litígios (1970-1995)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- MORAIS, M. de J. “Trajetórias de famílias camponesas na fronteira do Acre com a Bolívia”. *Anais do XVI ENG*, Porto Alegre, AGB, 2010.
- MORAIS, M. de J.; SILVA, D. C.; MANCHINERY, A. S. da S.; ESPÍNDOLA, M. de S. “Fronteiras e mobilidade territorial: trajetórias de famílias seringueiras na região fronteiriça do Acre, BR, Pando, BOL e Madre de Dios, PE”. In.: PINTO, M. C. O. B. S.; MORAIS, M. de J.; LIMA, J. C. (orgs.). *Processos de territorialização e identidades sociais*. Rio Branco: Rima Editora, Edua, 2012.
- PAULA, E. A. *Seringueiros e sindicatos: um povo de floresta em busca de liberdade*. Rio Branco, Acre: Nepan Editora, 2016.
- PAULA, E. A.; MORAIS, M. de J. “Nos labirintos das fronteiras amazônicas”. In.: VALENCIO, N.; PAULA, E. A.; WITKOSKI, A. C. (org.). *Processos de Territorialização e Identidades Sociais*. Rio Branco: Rima Editora, Edua, Edufac, 2010.
- RUMO À BOLÍVIA. *Jornal Varadouro*, Rio Branco, ano 1, n. 9, maio 1978.

A securitização dos portões do Eldorado Amazônico: a proteção humanitária de mulheres imigrantes em Roraima e no Acre

Rosbelli Margarita Rojas Pinango,
Solene Oliveira da Costa e Francis Portes Virginio

O mito do Eldorado¹ refere-se a uma cidade de ouro perdida no continente americano. No contexto da expansão colonial, a lenda inspirava desde navegadores europeus atraídos pela cobiça por riquezas naturais, a viajantes que buscavam se refugiar dos avanços imperialistas na região. Apesar das transformações ao longo do tempo, o legado do Eldorado segue vividamente arraigado na construção contemporânea da Região Amazônica brasileira. Por um lado, tem crescido a chegada de imigrantes atraídos pelo refúgio e proteção humanitária oferecida pelo Estado brasileiro. Por outro, a matriz colonial brasileira tampouco é superada na região, dependendo de riquezas naturais, autoritarismo e divisões sociais que permitem a superexploração do trabalho.

A crescente securitização da Amazônia é a assinatura desse processo, marcando fronteiras distintas de gênero, raça e classe. Trata-se da *raison d'État* que transforma questões de proteção social em assuntos de segurança

¹ Grafia oficial em português (Michaelis, 2020) para “El Dorado” (o dourado) em espanhol.

a fim de garantir a reprodução autoritária da ordem social (Portes Virginio *et al.*, 2021). Nesse contexto, a invocação de crise humanitária tem tido efeitos paradoxais ao imigrante, já que oferece uma resposta militarizada e de caráter excepcional, situando o migrante como possível ameaça à soberania nacional e sem acesso efetivo aos seus direitos estatutários (Portes Virginio *et al.*, 2021).

Mapa 9 – Principais pontos de entrada de mulheres imigrantes na Região Amazônica, Brasil – 2011-2020



Elaboração: Mauricio Torres.

Este artigo explora empiricamente como o distinto modelo de securitização brasileiro impacta nas experiências de mulheres imigrantes que buscam proteção humanitária nos estados do Acre e Roraima, principais portões regionais de entrada dessas imigrantes na última década. O artigo se estrutura em torno das narrativas de Rosbelli Pinango, imigrante, mãe, ativista e poetisa venezuelana vivendo na Região Amazônica brasileira desde 2017. O objetivo é ilustrar integralmente a experiência da mulher migrante, que tem sua voz subrepresentada, fragmentada e subvalorizada no debate público e acadêmico. Por desafiar a violência constitutiva desse modelo, as trajetórias de resistência das mulheres migrantes são funda-

mentalmente introdutórias e transformativas em contraposição a um sistema de governança migratória que navega entre filantropia, vigilância e repressão no Eldorado amazônico.

A iniciação: como nascendo outra vez

Na Venezuela, como milhares de mães, tive que controlar minha garganta para não soltar o grito do meu coração apertado por uma dor que parecia queimá-lo ao escutar minha filha dizer que partiria do país. Ver minha única filha viajar me fez perder-me em uma solidão infinita que não sentia desde antes de tê-la em meu ventre.

Pouco tempo depois, meu filho mais velho me disse: mãe, estou saindo do país. Senti cada batida de seu coração nas minhas entranhas como quando, em meio ao golpe de Estado de 1992, ele estava para nascer e eu, com um fuzil em minha mão.

Assim deixei minha terra com meu companheiro de vida. Juntos criamos e formamos três filhos e aceitamos o desafio de deixar a construção de uma vida e recomeçar. Como nascendo outra vez, mas dessa vez, sem tempo de gestação, com uma maleta cheia de memórias e a dor de desprender-se de todas as referências que representa nosso lugar. (Rosbelli Pinango)²

É crescente o número de famílias separadas e forçadas a buscar proteção humanitária em países do Sul Global. Apesar do direito dessas pessoas, a securitização das fronteiras tem priorizado manter esses migrantes em países na periferia capitalista para a superexploração do trabalho (Smith, 2016). Consequentemente, em 2019, aproximadamente 26 milhões de pessoas eram consideradas refugiadas, sendo que 85% estava em países em desenvolvimento (*United Nations High Commissioner for Refugees*, 2020). Mulheres representam 50% dos refugiados no mundo, sendo desproporcionalmente expostas à exploração e abusos em trabalhos produtivos e reprodutivos nesse contexto (Federeci, 2012).

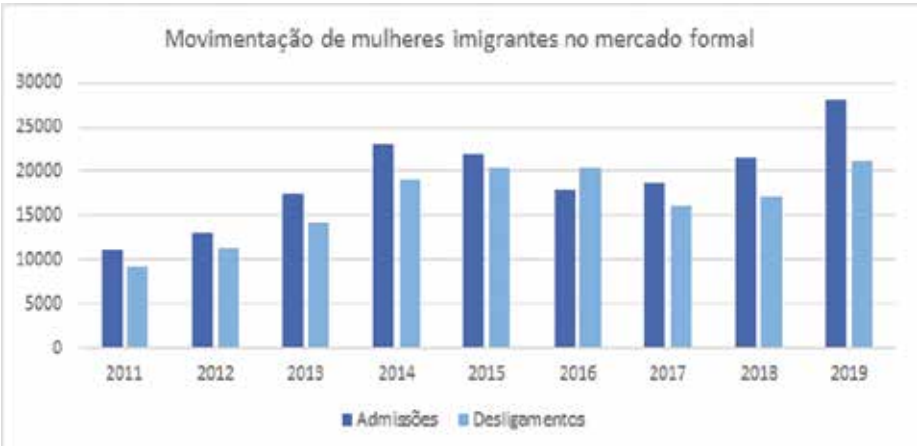
Nesta última década, o Brasil ofereceu regularização migratória para mais de 350 mil migrantes em busca de proteção humanitária, principalmente haitianos e venezuelanos que entraram pelos estados do Acre e Roraima.

² As citações de Rosbelli Pinango ressoam com os dados primários que foram coletados entre outubro de 2018 e dezembro de 2020 em projeto de pesquisa na Região Amazônica. Foram entrevistadas 36 mulheres imigrantes e aproximadamente 80 trabalhadoras imigrantes participaram de discussões coletivas. A metodologia participativa utilizada nesta pesquisa se reflete na estruturação e coautoria deste artigo, combinando as vozes de imigrantes na sociedade civil com representantes públicos e acadêmicos.

O aumento médio de 966 para 34 mil solicitações de refúgio por ano, e a emissão de mais de 80 mil vistos por razões humanitárias, ilustram essa dinâmica no período. Atualmente, a situação dos venezuelanos se destaca: é considerada a segunda maior onda migratória forçada no mundo, com 4,8 milhões de refugiados, logo após a onda de refugiados sírios. Desde 2016, o Brasil recebeu 3% desse fluxo de venezuelanos, sendo mulheres 47% dessa população no país.

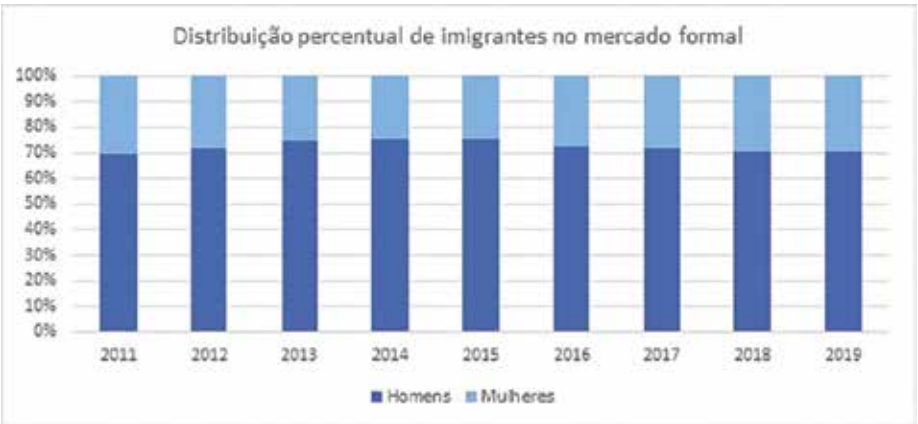
A presença de mulheres imigrantes no mercado de trabalho brasileiro se expande, mas segue precarizada e desigual, como observado a seguir:

Gráfico 1 – Movimentação de mulheres imigrantes no mercado formal



Fonte: Tonhati e Macedo (2020). Elaboração: Francis Portes Virginio.

Gráfico 2 – Distribuição percentual de imigrantes no mercado formal



Fonte: Tonhati e Macedo(2020). Elaboração: Francis Portes Virginio.

As próximas seções, contudo, demonstram como essa tendência assume formas específicas no Eldorado amazônico onde alta taxa de informalidade, bem como a destruição de direitos sociais e trabalhistas são expandidas pela securitização neoliberal da migração na região.

O ritual da travessia: a mulher do sombreiro

Existe uma parte da viagem que se faz com uma embarcação e dura cinco dias. Que para ela, foram cinco dias sem dormir. Sempre alerta para tantas coisas que se passam nesse lugar. Existe muito sobre essa embarcação, lhe contaram histórias que pareciam contos de terror, que não queria recordar. À noite, se escutava gritos, brigas e queixas. Escutava-se todos os ruídos que se pode escutar em uma noite e ela, por sua vez, conseguiu se disfarçar. Havia conseguido um grande sombreiro feito de palha. Disse que foi a única forma de descansar já que não viam seu rosto e não sabiam se estava dormindo ou acordada. (Rosbelli Pinango)

No modelo securitário neoliberal, forças de segurança e fronteiras transnacionais exercem uma função discriminatória sobre imigrantes. As mulheres são desproporcionalmente afetadas por esses processos de securitização não somente porque criminaliza as imigrantes pobres, mas também as insere de modo autoritário em cadeias transnacionais de reprodução social (Federici, 2012; Ferguson e McNally, 2015). Relatos de roubos, abusos, extorsões, aliciamento, tráfico humano e exploração sexual são comuns na jornada transnacional de imigrantes até o suposto Eldorado brasileiro.

Por exemplo, 80% das vítimas de tráfico humano na América do Sul são do sexo feminino, principalmente para exploração sexual e trabalho forçado. Desde 2014, 100% das pessoas traficadas no Brasil são do sexo feminino (*United Nations High Commissioner for Refugees*, 2020), sendo que a Região Amazônica integra aproximadamente 80% das redes de exploração identificadas. A despeito de esforços normativos nas últimas décadas (Decreto n. 5017/04), outras medidas infralegais (87/2020) têm aumentado a insegurança social e jurídica das vítimas pelo viés securitário, principalmente porque atribui aos mesmos agentes o papel de polícia migratória e de proteção das imigrantes.

O avanço securitário contra imigrantes em países da Região Amazônica também agrava a situação. Peru, Equador e Colômbia, apesar de signatários dos principais instrumentos de proteção aos refugiados, fazem uso de

normas ou decretos para manter mais de 68% dos venezuelanos em seus territórios com *status* migratório irregular ou precário. Para escapar, muitas mulheres buscam rotas migratórias alternativas ou trabalho informal, sendo expostas a maior perigo e dependência de *coyotes*. O medo de detenção e deportação faz com que imigrantes não denunciem violações que crescem substancialmente na pandemia. Na fronteira Colômbia-Venezuela, nos primeiros de cinco meses de 2020, o tráfico de imigrantes aumentou em 20% em relação a todo o ano de 2019, sendo 90% das vítimas mulheres venezuelanas (*United Nations High Commissioner for Refugees*, 2020).

O fechamento dos portões: o passo suspenso do humanitarismo

Foi desconcertante deixar minha casa e o desafio de compreender o tempo que tomou minha própria vida. Não saber se haverá tempo para reencontrar meus filhos e ver minha família reunida novamente. O tempo para mim passa a ser uma névoa densa entre os dias. Você olha para frente, mas não vê, ou ao menos desejaria poder ver. (Rosbelli Pinango)

No Brasil, a securitização do Eldorado criou seu próprio limbo durante a névoa da pandemia. Com o fechamento das fronteiras, imigrantes ficam meses presos entre dois países, sem condições sanitárias, vivendo em situação precária, dormindo em barracas de lona nas ruas e tomando banho em um rio.

Apesar da nova lei de migração (13.445/2017) para substituir a lógica de securitização presente no estatuto do estrangeiro (6.815/1980), tal modelo permanece arraigado na governança da migração no Brasil, notadamente pela centralização atribuída às forças policiais e ao Exército brasileiro na matéria.

Com o eclodir da pandemia, a Portaria do Governo Federal n. 255, publicada em 22 de maio de 2020, proibiu a entrada de estrangeiros por vias aéreas, terrestres e aquaviárias. Entre seus dispositivos, estava a proibição de passagem de pessoas em busca de proteção humanitária. Coube ação central à Polícia Federal, que se mantém como polícia de fronteira, acumulando atribuições que variam desde a regularização migratória à de polícia criminal.

Para mulheres, algumas grávidas ou com crianças pequenas, essa restrição securitária se trata da impossibilidade de acesso a serviços sociais essenciais e extensão por prazo indeterminado da jornada migratória, bem como de seus perigos. Igualmente, a ausência de regularização migratória e de acompanhamento médico adequado tornam-se também um grave

problema para aquelas que foram vítimas de violência sexual durante a travessia, podendo gerar consequências como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e traumas psicológicos.

No Acre, isso foi visível em um grupo de 36 imigrantes, em sua maioria de venezuelanos que viviam em países da região, notadamente Peru e Equador, que ficaram detidos por três meses entre a Ponte de Assis Brasil, no Acre, e Iñapari, no Peru, na chamada Ponte da Integração. Algumas semanas antes, o fechamento da fronteira terrestre entre o estado de Roraima e a Venezuela foi a primeira ação do gênero do governo federal brasileiro para conter o fluxo diário de 500 a 700 venezuelanos.

Foto 7 – Conflito migratório na Ponte da Integração em Assis Brasil em 2020



Foto: Alexandre Cruz Noronha.

A situação no Acre tomou outras proporções quando um grupo de 18 pessoas entrou pelo Rio Acre e chegou à cidade de Brasileira. A Polícia Federal anunciou que deportaria o grupo por estar irregular no Brasil, de acordo com a portaria. Nesse sentido, a Defensoria Pública da União (DPU) ingressou com uma ação pedindo a admissão dos migrantes na ponte para reverter a deportação sumária do grupo.

A saída também não foi uma opção. Em maio de 2020, um grupo de aproximadamente 40 peruanos contratou um ônibus saindo de São Paulo com destino ao Peru, e o caminho escolhido para atravessar a fronteira seria o Acre. No entanto, as fronteiras estaduais do Acre estavam fechadas de acordo com o Decreto Estadual n. 5.496, em seu artigo 4º, com medidas estabelecidas para o enfrentamento da pandemia. Tampouco havia a possibilidade de voltar ao Estado mais próximo, Rondônia, que também tinha fronteiras fechadas. Ocorre que os governos do Peru e da Bolívia seguiram o mesmo caminho, impossibilitando que imigrantes pudessem fazer a travessia. Isso resultou em uma grande quantidade de pessoas sobre a ponte ou em escolas na cidade de Assis Brasil, no Acre.

Uma recomendação foi emitida pela DPU e Ministério Público Federal com urgência para que a Polícia Federal e a empresa de ônibus prestassem atendimentos com hospedagem e alimentação. Dentre os peruanos que seguiam viagem em um ônibus contratado, a grande maioria estava em situação migratória irregular no Brasil, logo em situação ainda mais vulnerável no eclodir da pandemia. Em parceria, a vigilância sanitária e a Secretaria de Assistência Social garantiram a alimentação, até encontrarem uma solução. O governo do Acre por meio da Secretária de Justiça do estado acordou com o governo do Peru que os peruanos seguiriam viagem até a fronteira e ficariam de quarentena.

O segredo do Eldorado amazônico: A verdade por trás do mito

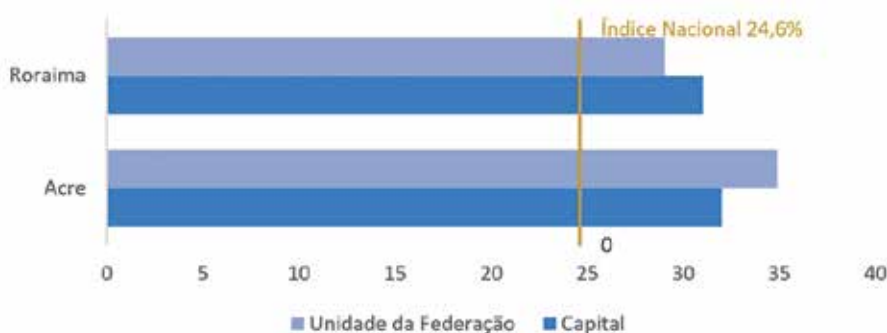
Era rápido passar pela fronteira para chegar à Polícia Federal e obter os papéis, era algo que qualquer um nos explicaria. Mas nada nos prepararia para tudo o que teríamos que caminhar. Foram dias, muitos quilômetros sob o sol escaldante, entre a brisa e a areia que se batia contra o rosto, para assim poder conseguir um lugar onde comer. Vivemos com muito pouco e enfrentamos a discriminação de um povo que se sentia ameaçado. Por alguns meses, conseguimos somente o básico para sobreviver, sem nenhuma certeza do próximo dia. (Rosbelli Pinango)

A securitização do Eldorado amazônico também possui bases históricas que se aprofundam com o avanço do neoliberalismo na região. O Exército brasileiro, protagonista histórico em projetos de desenvolvimento e de soberania, coordena, em parceria com agências das Nações Unidas, a Operação Acolhida (2018). Iniciada em Roraima, trata-se de iniciativa federal para

oferecer alívio humanitário exclusivamente para venezuelanos, cuja chegada aumentou em mais de 20% a população do estado. A filantropia assume serviços de assistência social e trabalhista, que foca no treinamento dos imigrantes para empregabilidade e empreendedorismo.

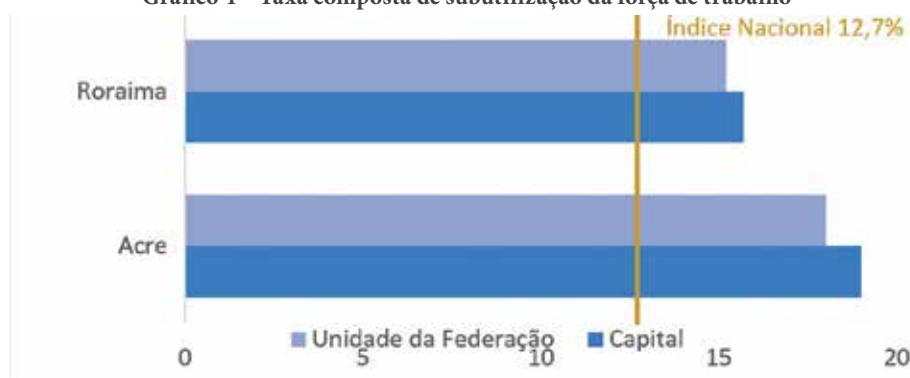
Ao longo dos anos, a rua se tornou cenário de exposição das limitações dessa resposta migratória. Roraima e Acre são as unidades da federação com menor PIB do país, ainda que estejam entre os seis estados com maior crescimento acumulado nos últimos vinte anos (IBGE, 2020). Muito desse crescimento vem de projetos de desenvolvimento de matriz colonial, centrados na exportação de *commodities*, autoritarismo e superexploração do trabalho. O resultado foi um rastro de migração desordenada, força de trabalho ociosa e precarização do trabalho, como indicado a seguir:

Gráfico 3 – Taxa de desocupação



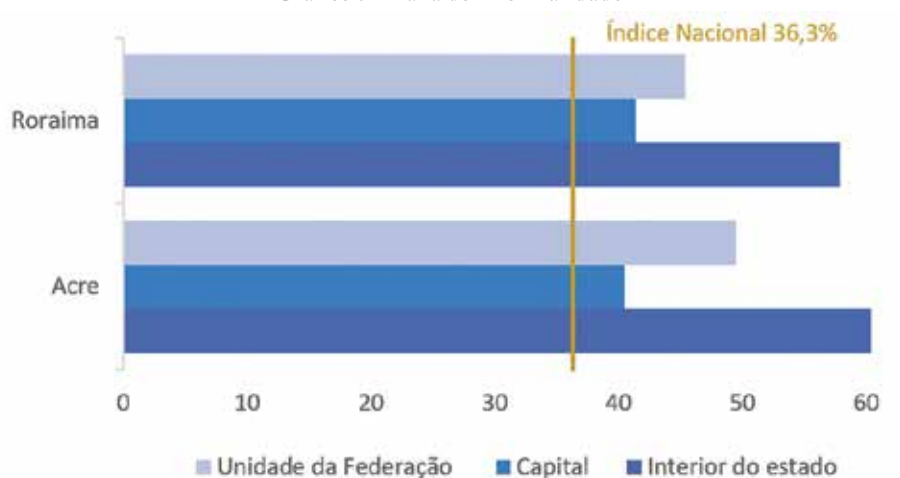
Fonte: IBGE (2019). Elaboração: Francis Portes Virginio.

Gráfico 4 – Taxa composta de subutilização da força de trabalho



Fonte: IBGE (2019). Elaboração: Francis Portes Virginio.

Gráfico 5 – Taxa de informalidade



Fonte: IBGE (2019). Elaboração: Francis Portes Virgínio.

Com a proteção social igualmente frágil, as imigrantes de diferentes nacionalidades dependem de suas lutas diárias e do comércio informal nas ruas para sobreviver. O ganho médio de uma jornada diária de trabalho é entre 20 e 50 reais. Relatos de exploração feminina são frequentes, incluindo condições análogas à escravidão, mas a subnotificação prevalece como tendência nacional (*Repórter Brasil*, 2020).

Apesar de muitas possuírem outras qualificações profissionais, as mulheres atuam principalmente realizando serviços reprodutivos de limpeza, cozinha ou atuando como trabalhadoras ambulantes na economia informal, vendendo mercadorias variadas, desde comida e água a roupas e itens domésticos e de higiene pessoal.

É simplesmente o impulso da necessidade que nos move nessa hora, para mostrar do que são feitos os punhos levantados pelo meu povo. Eles avançam ao amanhecer e não param de carregar certa consciência de uma esperança teimosa. Apesar de estarmos cativos de uma tristeza silenciosa, seguimos montadas em um Orinoco de força. (Rosbelli Pinango)

A resistência dessas imigrantes também acontece nas intersecções entre dimensões produtivas e reprodutivas. Apesar de informal, o trabalho no comércio de rua é preferido por muitas imigrantes, mas requer trabalho adicional para a preparação das mercadorias nos locais de moradia. Além de não oferecer condições dignas, o trabalho formal em espaços fechados expõe

imigrantes ao alto índice de assédio, aliciamento e importunação sexual na região. Roraima (1º) e Acre (3º) lideram o *ranking* de homicídio de mulheres no Brasil. Desde 2008, Roraima registou um crescimento de 186,8% nessa taxa, enquanto no Acre o aumento foi de 126,6% (Atlas da Violência, 2020). Parte dessas experiências acontece ao lado das crianças, devido à falta de acesso efetivo aos serviços sociais (escolas, creches e moradia digna) e à função de cuidado familiar, desempenhada desproporcionalmente pela mulher.

A luta por moradia ocorre nas ruas, em prédios abandonados ou em campos de refugiados improvisados e militarizados. Em Roraima, muitos dormem em barracas lotadas e são forçados a deixá-las à primeira luz do dia para empreender no comércio de rua, reforçando um ciclo de vulnerabilidade. No Acre, onde a Operação Acolhida está ausente, a estrutura social não é muito diferente, apesar da crise humanitária que trouxe mais de 80 mil haitianos no início da década e baixo fluxo momentâneo. Atualmente, imigrantes dependem de medidas emergenciais, notadamente no caso dos indígenas venezuelanos da etnia Warao. A situação em ambos estados é agravada na pandemia devido à crise econômica e às restrições ao comércio de rua.

Apesar das mazelas sociais, os governos locais insistem em se fazer presentes pelo viés securitário. Não somente não são conscientes dessas dimensões de gênero, como também realizam remoções forçadas de milhares de imigrantes de ocupações espontâneas em áreas abandonadas. Muitas têm acontecido ao longo da pandemia, com uso de força policial e sem autorização judicial. Essa postura oficial tem também encorajado ataques xenófobos da população local aos imigrantes.

Imigrantes seguem resistindo, mas estão limitados pelo isolamento na militarizada Região Amazônica e condições similares em mercados de trabalho vizinhos. Nesse cenário, uma alternativa tem sido o foco em redes de solidariedade focadas em alianças transnacionais entre mulheres imigrantes, suas associações e movimentos sociais locais.

Considerações finais

O artigo revelou como o mito do Eldorado se repete como tragédia e fardo para as mulheres imigrantes na Amazônia brasileira. As narrativas femininas de resistência se contrapõem à retórica paternalista do humanitarismo. Dentro do distinto modelo de securitização brasileiro, apesar da regularização migratória, o uso de medidas infralegais facilita a entrada de

forças de segurança na resposta migratória federal. A vulnerabilidade dos imigrantes se expande nas complexas intersecções entre assistencialismo, vigilância e repressão. Além da resposta federal, países fronteiriços e governos estaduais da Região Amazônica se destacam por ações autoritárias, favorecendo o avanço da xenofobia e misoginia no contexto da pandemia.

Contudo, a ineficiência da securitização em proteger os imigrantes permite a subordinação dessas pessoas às fraturas sociais do legado colonial no Eldorado amazônico: trabalho extremamente precário, frágil proteção social, desemprego, clivagens sociais e violência de gênero. Especificamente, a situação da mulher imigrante é agravada nessa matriz colonial autoritária, notadamente pelas necessidades de proteção humanitária não satisfeitas ao longo da jornada migratória e pela inserção desproporcional em trabalhos reprodutivos, em serviços domésticos ou nas ruas. Dessa forma, é somente a resistência dessas mulheres o que se contrapõe à violência constitutiva em ambos os projetos, securitização e colonialismo, contestando assim os desafios vitais para a reprodução social dessas pessoas na Amazônia. É urgente a construção de modelos alternativos de desenvolvimento e políticas duradouras de viés humanitário que assegurem a dignidade humana e o acesso efetivo dos imigrantes aos seus direitos fundamentais.

Referências

- CERQUEIRA, D. R. *et al.* Atlas da violência 2020. Instituto de Pesquisa Econômica. 2020.
- ELDORADO. In: Michaelis: Dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/eldorado/>. Acesso em: 21 set. 2021.
- FEDERICI, S. *Revolution at point zero: Housework, reproduction and feminist struggle*. Oakland, CA: PM Press, 2012.
- FERGUSON, S. e McNALLY, D. “Precarious migrants: Gender, race and the social reproduction of a global working class”. *Socialist Register*, v. 51, n. 51, p. 1-23, 2015.
- PORTES-VIRGINIO, F.; CORDEIRO, S.; GAMA, H.; ALMEIDA, R. e PAIVA, L. *Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade*. São Paulo: Outras Expressões, 2021. [no prelo]
- REPÓRTER BRASIL Trabalho escravo e gênero: Quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil? / Natália Suzuki (org.) Equipe ‘Escravo, nem pensar’. – São Paulo, 2020.

- SMITH, J. *Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York: Monthly review Press, 2016.
- TOHATI, T. & MACEDO, M. "migração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019)". *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, Brasília, UnB, v. 4, n. 2, 2020.
- UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. UNHCR Global Trends. Geneva, Switzerland, 2020.



Exploração do trabalho e escravidão de imigrantes haitianos em Mato Grosso, Brasil

Bianca Vasquez Pistório e
Luís Henrique da Costa Leão

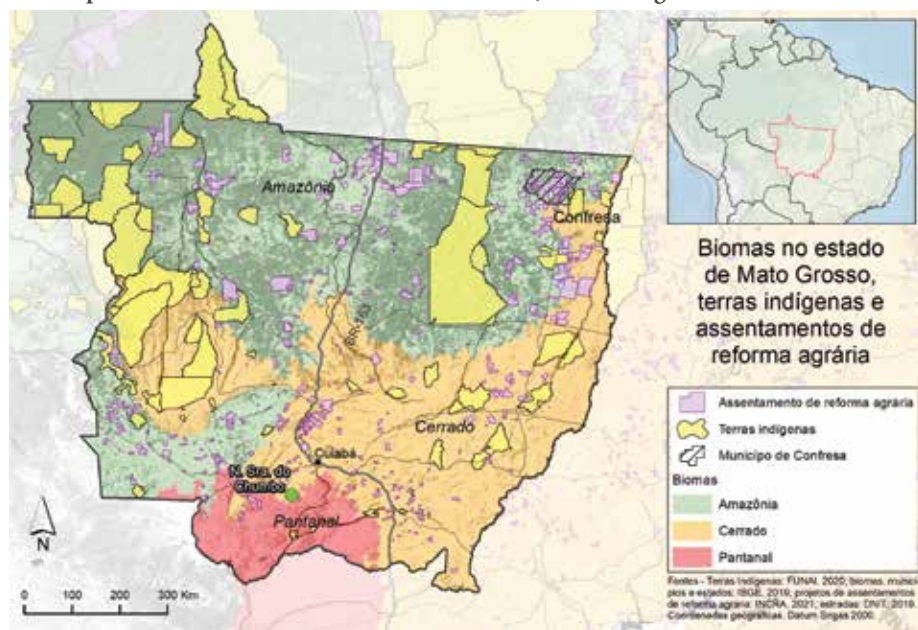
A bio-sociodiversidade do estado de Mato Grosso (MT) está *sob ameaça*. O processo histórico de desenvolvimento se demonstra causador de inúmeras agressões aos direitos humanos, da terra e ao bem viver. As pressões existentes sobre esses territórios, ecossistemas e populações estão ligadas a um contexto externo: o modelo de desenvolvimento brasileiro, vinculado ao capitalismo global que levou o país à expansão do agronegócio e da mineração, ao desenvolvimento de portos de exportação de *commodities*, à implantação de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, complexos siderúrgicos e petroquímicos e a arranjos urbanos decorrentes de eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (Porto & Schütz, 2012). Esse avanço não é necessariamente simétrico à proteção dos sistemas que dão suporte à vida e à melhoria das condições de existência das populações que vivem e circulam nesses territórios atravessados por essas grandes cadeias produtivas.

Existem, no estado de Mato Grosso, três ecossistemas predominantes – Amazônia, Cerrado e Pantanal – que abrigam grandes mananciais de água doce, importantes rios, além da significativa diversidade animal e vegetal.

Ele é composto por territórios de grande variedade sociocultural, com mais de 30 povos indígenas com idiomas próprios ainda preservados, populações camponesas, assentadas, acampadas, quilombolas, ribeirinhas, migrantes nacionais de regiões do Sul e Nordeste, além de internacionais, como bolivianos, paraguaios e, mais recentemente, haitianos e venezuelanos (Mapa 10).

A história da ocupação e uso do território mato-grossense demonstra claramente esses elos entre o modelo de desenvolvimento capitalista, os problemas socioambientais dele decorrentes, as mobilidades populacionais e os processos de fragilização social de grupos sociais específicos. Isso porque o MT abriga sistemas sociotécnicos-ambientais geradores de riscos às populações e é palco de conflitos socioambientais, transformações na biodiversidade, alterações nas comunidades urbanas, rurais, povos originários, além de ser cenário de casos emblemáticos de escravidão contemporânea.

Mapa 10 – Biomas no território de Mato Grosso, terras indígenas e assentamentos



Elaboração: Maurício Torres.

Queremos delimitar nosso olhar para a imigração haitiana, demonstrando um quadro geral que sinaliza a exploração e escravização. O mercado de trabalho forjado em heranças coloniais e hierarquias sociais elitistas, associado ao avanço do neoliberalismo, cria um ambiente econômico e político

onde imigrantes oriundos de países pobres passam a preencher postos de trabalhos em áreas vulneráveis e em cadeias produtivas com alto risco à saúde do trabalhador.

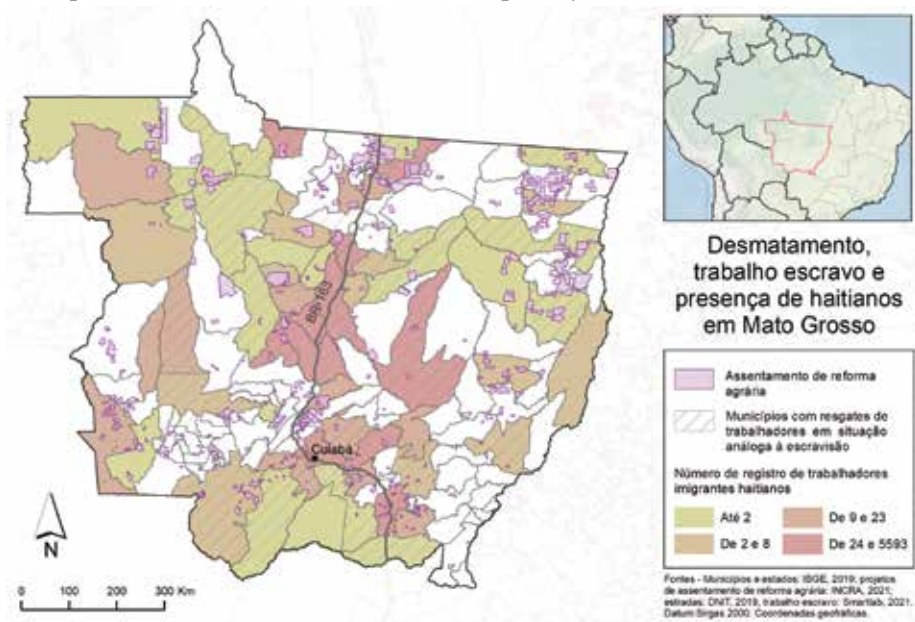
Formação do território mato-grossense, fluxos populacionais, processos de produção e pressões sociais

Mato Grosso é reconhecido como exemplo de desenvolvimento econômico, devido ao despontar do agronegócio como setor relevante do Produto Interno Bruto (PIB) tanto estadual quanto nacional. Esse crescimento econômico emergiu num processo de ocupação territorial nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, impulsionado pela chamada “revolução verde” na década de 1950 e pela “modernização” da agricultura, nas alianças entre capital e biotecnologias ao inserir, por meio de fortes incentivos financeiros, grandes empresas para implantação de atividades agropecuárias. Entretanto, para atingir essas metas econômicas, se utiliza da superexploração da força de trabalho, ou da subproletarização (Antunes, 2006).

O Mato Grosso é também um dos principais estados do país no resgate de pessoas em situação de trabalho escravo contemporâneo (TEC),¹ representando 10% do total do Brasil, sendo que o município de Confresa, no norte do estado, possui o maior número de resgates entre 2003 e 2018 (Ministério Público do Trabalho, 2020). Nessa cidade, foram libertos 1.393 trabalhadores no setor da agropecuária, com um recorde de 1.003 trabalhadores resgatados numa única fiscalização (Suzuki; Casteli, 2021). Apenas na comunidade de Nossa Senhora do Chumbo, na porta do Pantanal, foram mais de 130 pessoas libertas em uma ação de fiscalização. Ao mesmo tempo, o uso do TEC está relacionado aos desmatamentos para o avanço da cadeia produtiva agropecuária (Mapa 11). Boa parte dos resgates de pessoas em TEC ocorre em municípios de maior índice de desflorestamento (Suzuki, Casteli 2021), o que demonstra que o agronegócio tem gerado processos violentos de exploração da força de trabalho humano e de recursos naturais (Pignati, Machado, Cabral, 2007). É nesse cenário que um novo fluxo populacional passa a ocorrer – o caso dos trabalhadores imigrantes haitianos.

¹ O TEC não diz respeito à propriedade de uma pessoa por outra, mas às situações de coerção, violência, trabalho forçado, servidão por dívida, jornadas exaustivas e condições degradantes.

Mapa 11 – Desmatamento, trabalho escravo e presença de haitianos em Mato Grosso



Elaboração: Mauricio Torres.

A inserção de haitianos nas cadeias produtivas em Mato Grosso

Muitos trabalhadores haitianos enfrentaram um penoso trajeto migratório da sua casa no Haiti até o Mato Grosso. Entretanto, a vontade de viver melhor e produzir meios de subsistência para si e para a família que ficara no país natal foi um dos principais motivadores desse fluxo migratório inédito que se intensificou em 2010 no cenário nacional, com mais de 40 mil haitianos chegando ao país e, a partir de 2014, acirrou o fluxo populacional em Mato Grosso. Os preparativos para o megaevento da Copa do Mundo de 2014 – do qual Cuiabá era uma das cidades-sede – cumpriu um papel indutor desse fluxo migratório e absorveu boa parte dessa nova força de trabalho flexível, vulnerável e disponível.

Além da construção civil, a inserção dos haitianos se deu em setores predominantes na economia local-regional, no qual assumiram postos de maior risco e menor valorização social, especialmente na agroindústria (particularmente frigoríficos) e serviços – ramos de produção centrais no desenvolvimento econômico do estado.

Em 2012, havia no mercado de trabalho formal em Mato Grosso apenas 94 registros de trabalhadores desta nacionalidade, 1.125 em 2013, 2.151 em

2014 e 2.965 em 2015, totalizando 6.335 registros no período de quatro anos. Esses registros ocorreram em 48 municípios; sete deles concentraram 92,25% desses trabalhadores,² dentre os quais seis compõem a rota de uma das principais vias de escoamento da produção do Estado, a Rodovia Federal BR 163.

A maioria dos haitianos estava registrada no setor da construção civil e da indústria da transformação (33,2 e 24,1%, respectivamente), sendo que nos municípios do interior, as indústrias de transformação absorveram a maioria dos imigrantes (49,7%) e, desses, 39,8% trabalhava no abate e fabricação de produtos de carne (Leão *et al.*, 2018). Importante lembrar que os frigoríficos compõem um setor de grande rotatividade no trabalho e incidência de acidentes e local de assédio moral, além de enfermidades como o Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (Dort), doenças mentais e, inclusive, a Covid-19 (Pignati e Leão, 2021).

Esse quadro nos revela que a inserção dessa mão de obra se dá em elos da cadeia de produção do agronegócio que modela a economia mato-grossense e que são responsáveis por conflitos socioambientais, ocupacionais e sanitários, destruição de ecossistemas, contaminações, desmatamento, concentração de renda e terra, expropriações, pressões sobre nações indígenas e populações tradicionais, superexploração de trabalhadores mais pobres e de crianças, altos índices de acidentes de trabalho, intoxicações humanas e contaminações ambientais por agrotóxicos (Leão *et al.*, 2018).

Nessa inserção no mercado de trabalho, muitos imigrantes passam a atuar em atividades alheias à formação e experiência prévia no Haiti. Além disso, uma das queixas mais recorrentes entre esses trabalhadores refere-se aos baixos salários, atrasos no pagamento ou mesmo a ausência desses, o que muitas vezes os leva ao trabalho informal como alternativa de sobrevivência, porque, além das necessidades de reprodução, muitos deles adquirem dívidas financeiras para migrar.³

² Cuiabá (3.592; 56,70%); Várzea Grande (700; 11,08%); Sorriso (426; 6,72%); Sinop (382; 6,03%); Rondonópolis (354; 5,59%); Paranaíta (275; 4,35%) e Nova Mutum (115; 1,82%).

³ Com essa demanda, vemos que até os espaços religiosos organizados pelos haitianos (como igrejas étnicas) emergem como esferas de trocas não apenas simbólicas, mas particularmente materiais, porque geram oferta-demanda, compra-venda de produtos artesanais que auxiliam na renda, além de funcionar ampliando o senso de pertencimento, contribuir para a manutenção a identidade dos imigrantes e ser rede de apoio social diante de situações cotidianas e de crise (Coutinho; Leão; Alvarenga, 2021).

Ao mesmo tempo, essa população sofre os efeitos do racismo que se manifesta na oferta das vagas de emprego em funções menos reconhecidas socialmente, mas também em atitudes de preconceito relacionadas à cor da pele. Esses imigrantes relatam que são expostos a insultos e desrespeitos no ambiente de trabalho e a atitudes xenofóbicas e violências físicas na cidade. A exemplo disso, um trabalhador haitiano entrevistado pelos autores relatou a seguinte situação em seu trabalho como lavador de caminhão:

Quando eu cheguei, ele [o patrão] falou para mim que a primeira pessoa que estava trabalhando ele pagava 1.600 reais e mais comissão de 50 reais por cada caminhão lavado [...]. Chegou outro [trabalhador] e ele pagou 1.500 reais com 50 reais de comissão de cada caminhão, e essa pessoa fazia dois caminhões na semana.

Eu cheguei ele me falou: ‘se você fizer seu trabalho bem, depois falamos’. Me falou para fazer vídeo, foto, como o carro estava e ficou depois, e eu fiz isso e ele gostou, e me falou que estava muito bom. Então quando eu reclamei que ele tinha que me pagar como deveria, ele não quis me pagar assim. Eu estou fazendo três caminhões na semana, e não me paga nem 1.500 reais, nem 1.600 reais, nem tampouco a comissão.

Numa pesquisa comparativa sobre as condições de trabalho, experiências de discriminação e casos suspeitos de transtornos mentais comuns entre 99 trabalhadores imigrantes haitianos e 66 brasileiros empregados nos mesmos setores de atividade econômica (58 dos serviços e 41 da construção civil e 37 brasileiros dos serviços e 29 da construção civil), evidenciou-se que os trabalhadores haitianos estão em maior desvantagem social (Borges; Muraro; Leão, 2020), porque a prevalência de discriminação percebida no local de trabalho e de casos suspeitos de transtornos mentais é maior entre esses trabalhadores imigrantes.

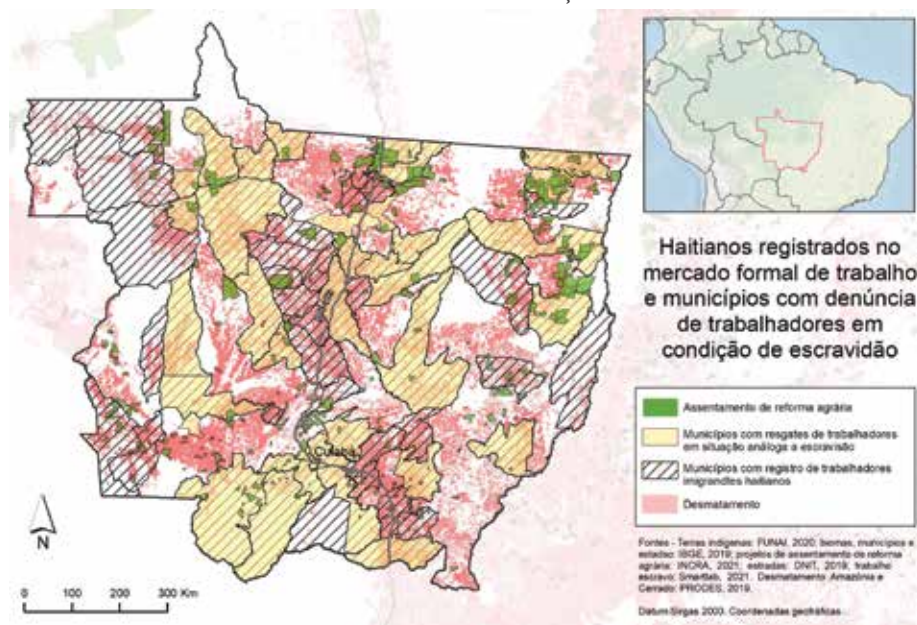
A escravização de imigrantes haitianos em Mato Grosso

Além da exploração, constata-se riscos de escravização e também casos concretos de TEC envolvendo trabalhadores haitianos. É o caso, por exemplo, da distribuição socioespacial dos trabalhadores imigrantes, que demonstra que eles estão em circulação em localidades de alto índice de consumo de agrotóxicos e histórico de exploração de TEC. Em quatro dentre os 16 municípios que estavam cadastrados na “lista suja” por utilizarem-se de TEC, havia haitianos no mercado de trabalho em 2015. Além disso, em

cinco dos 11 municípios de maior consumo de agrotóxicos havia trabalhadores haitianos registrados.⁴

Isso parece indicar que a rota da imigração haitiana no Mato Grosso coincide com a rota da exposição a riscos químicos e de escravização (Leão *et al.*, 2018) (Mapa 12).

Mapa 12 – Haitianos registrados no mercado formal de trabalho, municípios com denúncia de trabalhadores em condição de escravidão



Elaboração: Mauricio Torres.

Quando analisados os 49 municípios que tiveram registro de trabalhadores haitianos entre 2012 e 2015 e os 21 municípios que tiveram registro de denúncia de trabalho análogo à escravidão e trabalhadores libertos nesses anos, em nove deles havia registro de trabalhadores imigrantes haitianos.⁵

Um caso emblemático de escravização desses imigrantes ocorreu em junho de 2013 envolvendo 21 trabalhadores que foram libertos em uma ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Cuiabá.

⁴ Sorriso, Sapezal, Nova Mutum, Nova Uiratã e Lucas do Rio Verde.

⁵ Esses nove municípios concentraram 20,38% dos registros desse período, sendo eles: Sorriso, Sinop, Paranaíta, Paranatinga, Matupá, São José do Rio Claro, Sapezal, Cáceres e Santo Antônio de Leverger.

Estes 21 homens estavam alojados em uma casa de apenas dois cômodos na qual sequer havia camas para todos e, com frequência, havia falta de água. Os trabalhadores haviam sido contratados para a construção de casas de um conjunto residencial financiado com verbas do programa de habitação do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida.

No banco de dados do seguro desemprego do Ministério da Economia, identificamos que esses 21 trabalhadores haitianos egressos do trabalho escravo residiam em Cuiabá; oito deles foram entrevistados em 2015 em um inquérito realizado pela UFMT (Leão *et al.*, 2017), sendo que dois destes permitiram visita domiciliar. No momento, encontravam-se desempregados, o que mostra que além da escravização ocorre um certo abandono na vida pós-resgate.

Os 21 homens resgatados tinham entre 21 e 55 anos de idade (média de 37 anos), dentre os quais 12 (57,1%) eram solteiros e a remuneração informada foi entre 743 reais e 1.004 reais (média de 808,16 reais) no pós-resgate. A maioria não informou se tinha alguma profissão (61,9%) e muitos deles relataram que o motivo da vinda ao Brasil foi em busca de emprego (95,2%). Entre aqueles que informaram o que gostariam de aprender como ofício para trabalho no Brasil, a principal resposta foi a profissão de pedreiro (28,6%), talvez motivados pela oferta de empregos na construção civil de Mato Grosso, que é um dos setores de maior empregabilidade no estado. Apesar de apenas dois relatarem ter dívidas devido à viagem para o Brasil, todos relataram enviar dinheiro para o Haiti para auxílio aos familiares.

Fica evidente que existe um cenário e contexto que torna esses imigrantes mais vulneráveis a se tornarem alvos do trabalho escravo e que a lógica do sistema capitalista sustenta essas relações perversas e submete os elementos da vida (sociedade, vida humana, ambiente e economia) à dominação do valor de troca da mercadoria, corroendo valores éticos que subsidiam as ações de justiça social, a satisfação das necessidades de todos e todas e o bem comum (Löwy, 2014).

Resistência frente ao cenário de vulnerabilidade à escravidão

Apesar deste cenário, é preciso reconhecer que a população haitiana não chegou passiva e à mercê desse contexto de reprodução do capital. Houve iniciativas de organizações comunitárias por parte destes imigrantes, na

tentativa de suprir as lacunas deixadas pela invisibilidade sentida pelas políticas públicas.

A exemplo disso, existem em Mato Grosso duas associações criadas por haitianos: Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (Adhimi-MT) e Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes no Brasil (Osamb). Fica evidenciado na criação de tais associações como a organização coletiva pode ser uma prática de cuidado mútuo e solidariedade de um grupo social que se vê excluído no que tange o acesso a seus direitos, pois, por meio dessas iniciativas, é possível verificar como os imigrantes estão protagonizando movimentos de lutas e resistências, reivindicando direitos em espaços de controle social, bem como organizando ações de apoio a seus pares, por meio de orientações, encaminhamentos e ações sociais, na tentativa de suprir as lacunas deixadas pela invisibilidade nas políticas públicas.

Isso, por si só não é suficiente, mas traduz a história de luta e resistência desse povo, que tem o incrível legado de ser o primeiro das Américas a expulsar seus colonizadores na conhecida revolução dos escravos de São Domingos, no século XVIII.

Considerações finais

A população imigrante haitiana passou a engrossar a massa daqueles que experimentam mais intensamente os graves problemas estruturais, como a desigualdade de renda, a pobreza extrema e as disparidades regionais entre grupos sociais na realidade brasileira.

Esse caso da imigração haitiana para Mato Grosso permitiu trazer à tona elementos que estão implicados no crescimento econômico, em termos de exploração objetiva pela inserção dessa força de trabalho na dinâmica produtiva regional onde fica clara a existência de uma retroalimentação entre sistemas de produção, uso dos territórios, mobilidade populacional, exploração do trabalho e degradação ambiental.

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.
- BORGES, K. L.; MURARO, A. P.; LEÃO, L. H. C. "Occupational risks, discrimination, and mental health: a comparison between brazilians and haitians workers". Mimeo – manuscrito em avaliação por periódico, 2020.

- COUTINHO, D.; LEÃO, L. H. C.; ALVARENGA, L. “Significados das práticas religiosas para a saúde de imigrantes haitianos em Cuiabá-MT”. *Estudos da Religião*, v. 35, p. 193-215, 2021.
- LEÃO, L. H. C.; MURARO, A. P.; PALOS, C. M. C.; MARTINS, M. A. C.; BORGES, F. T. “Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, p. 181-816, 2017.
- LEÃO, L. H. C.; MURARO, A. P.; BORGES, F. T.; MACHADO, J. M. H. “La salud de trabajadores inmigrantes haitianos en Mato Grosso, Brasil: vulnerabilidades y riesgos”. *Salud Colectiva*, v. 14, p. 779-795, 2018.
- LÖWY, M. *O que é o Ecosocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – MPT. Smartlab – Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>. Acesso em: 21 set. 2021.
- PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. “Acidente rural ampliado: o caso das ‘chuvas’ de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 105-114., mar. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2021.
- PIGNATI, W. A.; LEÃO, L. H. C. “Saúde do Trabalhador, desastres ambientais e pandemias: a questão do agronegócio”. In: VASCONCELLOS, L. C. F. *et al.* (org.). *Saúde do trabalhador em tempos de desconstrução: caminhos de luta e resistência*. 1. ed. Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, p. 222-226, 2021.
- PORTO, M. F. S.; SCHÜTZ, G. E. “Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1.447-1.456, 2012.
- SUZUKI, N. CASTELI, T. “O programa escravo, nem pensar no Mato Grosso: uma experiência de prevenção em comunidades vulneráveis ao trabalho escravo”. In: LEÃO, L. H. C.; LEAL, C. R. F. (org.). *Novos caminhos para erradicar o trabalho escravo contemporâneo*. 1 ed. Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 71-96.

Sobre os autores

Ana Laide Soares Barbosa é educadora social, pescadora artesanal, componente do Xingu Vivo para Sempre e mestranda no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, da Universidade de Brasília (MESPT/UnB).

Bianca Vasquez Pistório é doutoranda no Programa de pós-graduação de Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Brian Garvey é professor e pesquisador do Departamento de Trabalho, Emprego e Organização na Universidade de Strathclyde e cofundador do Centro para a Economia Política do Trabalho, Reino Unido.

Daniela Stefano é jornalista, pós-graduanda em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do ABC (EDH/UFABC).

Francis Portes Virginio é pesquisador Leverhulme e professor no Departamento de Trabalho, Emprego e Organização na Universidade de Strathclyde, Reino Unido.

Jamilli Medeiros de Oliveira da Silva é mestre em Geografia pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp / Rio Claro) e professora da rede básica de ensino do estado de São Paulo.

José Alves é professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC), pesquisador e tutor do Grupo PET Geografia/ Ufac, e membro do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (Ceget).

Josefa de Oliveira Camara da Silva é educadora social, ribeirinha, componente do Xingu Vivo para Sempre e do Conselho de Ribeirinhos, graduada em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA/Altamira).

Luís Henrique da Costa Leão é doutor em Saúde Pública, professor associado I da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) – *Campus* de Cuiabá, dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva e Psicologia.

Maria de Jesus Moraes é professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC).

Maurício Torres é doutor em geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (Ineaf-UFPA).

Rosbelli Margarita Rojas Pinango é representante dos imigrantes latino-americanos em Mato Grosso.

Solene Oliveira da Costa é ouvidora da Defensoria Pública do Estado do Acre. Feminista, militante de direitos humanos e ativista política cultural. Mestranda no Programa de pós-graduação em Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/UFAC).

Thaís Borges é jornalista, mestranda no Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).